

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFRGS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL/MEC/UFRGS**

ELISÂNGELA MARTINS RODRIGUES

**IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A
EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CAMINHADA DA
REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO HAMBURGO/RS (2009/2013).**

**Porto Alegre (RS)
2014**

ELISÂNGELA MARTINS RODRIGUES

**IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A
EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CAMINHADA DA
REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO HAMBURGO/RS (2009/2013).**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Especialização em Docência na
Educação Infantil, do Programa de Pós-
Graduação em Educação da Faculdade
de Educação da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul – MEC/UFRGS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Luiza
Rodrigues Flores.

Porto Alegre
2014

Elisângela Martins Rodrigues

**IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A
EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CAMINHADA DA
REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO HAMBURGO/RS (2009/2013).**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Faculdade de
Educação da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito para
obtenção do título Especialização em
docência na Educação infantil.

Aprovado em ____ de março de 2014.

Prf^a. Dr^a. Maria Luiza Rodrigues Flores: _____

Banca

Prof. Ms. Paulo Focchi: _____

Prof^a. Ms. Yvone Costa de Souza: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela oportunidade que Ele me deu de ter realizado não só este curso de especialização na UFRGS, mas também pelo meu certificado de graduação nesta instituição de Ensino, pois é a realização dos meus sonhos.

Às minhas filhas, pela paciência com que vivenciaram este curso e este trabalho comigo. Desculpem-me pela ausência.

À minha neta, Maria Luiza, pelos sorrisos, que, muitas vezes foram responsáveis pela minha energia, revitalização e ânimo para levar este projeto até o fim.

À professora Malu, pela parceria e trabalho de orientação; acredito que fomos felizes nesta trajetória.

À Ariete e à Regina, pela torcida, dedicação, tempo, carinho e disposição demonstradas na entrevista e no questionário respondido.

Ao meu marido, pela eterna persistência e fé nas coisas que ainda não existem...

“A educação de crianças pequenas envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: Educar e cuidar” (BUJES, 2001, p. 16).

RESUMO

Este estudo investigou a trajetória da Educação Infantil (EI) na Rede Municipal de Novo Hamburgo/RS, no período de 2009 a 2013, no que se refere aos processos de sua adequação às orientações curriculares estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - Resolução CEB/CNE 05/09. A escolha deste tema se justifica pelo fato de que, a partir da aprovação das atuais DCNEI, a educação das crianças até 6 anos de idade vem sofrendo diversas transformações, e as Redes Educacionais devem realizar movimentos de adequação dos seus documentos legais e de suas práticas educacionais. No trabalho, há a presença da professora desta Rede desde 2010 que vem acompanhando os processos e vivenciando esses movimentos transformadores na oferta da EI neste Município. As questões que nortearam o estudo foram: (1) Quais movimentos o Município de Novo Hamburgo/RS realizou no período de 2009/2013 no sentido de implementar em sua Rede de EI, as atuais DCNEI? (2) As concepções de currículo para a Educação Infantil presentes nos documentos normativos e orientadores da RME/NH encontram-se em consonância com os documentos normativos e orientadores curriculares nacionais? Esta pesquisa buscou identificar as concepções de currículo para a Educação Infantil, bem como, as relações/consonâncias presentes nos documentos mandatórios e orientadores de âmbito nacional e municipal e a sistematização da trajetória das políticas públicas realizadas neste município, visando à implementação das orientações curriculares nacionais no período analisado. Optou-se pelo desenvolvimento de um estudo de caso (YIM, 2005). A coleta de dados constituiu-se a partir de do levantamento bibliográfico e documental em nível nacional e local, da entrevista realizada com a pessoa que exerceu cargo de gerência da EI no período 2009/2013 e questionário aplicado de forma escrita, à atual gerente da área, sobre a sistematização das ações do Programa de Formação Continuada ofertado aos profissionais da educação daquele Município. Como principais referências legais e teóricas, utilizaram-se os próprios documentos legais e orientadores de âmbito nacional e municipal, as contribuições de Faria e Salles (2010), Barbosa e Horn (2008), Campos e Rosemberg (2009), Nunes, Didonet e Corsino (2011), trazendo reflexões e conceitos do campo em discussão. Estes autores reafirmam as referências conceituais expressas nos documentos nacionais, enfatizando que o currículo para a EI constitui-se nas práticas cotidianas junto às crianças através das interações e brincadeiras. Para a análise dos dados, foram organizados quadros com referências conceituais comuns presentes nas fontes relacionadas às concepções de EI, currículo, criança(s) e infância(s), as quais revelaram que os documentos municipais se encontram em consonância com os documentos nacionais e expressaram ainda as referências conceituais dos sujeitos, bem como a trajetória da Rede, a qual apresenta uma expressiva caminhada no sentido de implementação das atuais DCNEI no período analisado. O Programa de Formação Continuada da SMED/NH foi o principal instrumento, responsável pela divulgação, estudo e reflexão da EI, com base nos princípios e concepções expressas nas atuais DCNEI/2009.

Palavras chaves: Currículo. Educação Infantil. Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Documentos mandatórios Nacionais	32
Quadro 2 : Documentos orientadores Nacionais	33
Quadro 3 : Documentos normativos Municipais	34
Quadro 4 : Documentos orientadores Municipais	35
Quadro 5 : Ações de formação continuada realizadas pelo Município de NH/ano de 2010.....	38
Quadro 6 – Ações de formação continuada realizadas pelo Município de NH/ano de 2011.....	40
Quadro 7 – Ações de formação continuada realizadas pelo Município de NH/ano de 2012.....	41
Quadro 8 – Ações de formação continuada realizadas pelo Município de NH/ano de 2013.....	43
Quadro 9 – Concepção de Educação Infantil identificada nas fontes dos dados.....	53
Quadro 10 – Concepção de currículo identificada nas fontes dos dados.....	60
Quadro 11 – Concepção de infância(s) identificada nas fontes dos dados.....	61
Quadro 12 – Concepção de criança(s) identificada nas fontes dos dados.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS

APEMEM – Associação de Pais e Mestres das Escolas Municipais
CF/88 – Constituição Federal de 1988.
CNE – Conselho Nacional de Educação.
CME/NH – Conselho Municipal de Educação de Novo Hamburgo.
DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil
EB – Educação Básica
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente/96
EI – Educação Infantil
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil
FUNDEB – Fundo de desenvolvimento da Educação Básica .
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96
MEC – Ministério de Educação
NH – Novo Hamburgo
NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico/SMED/NH
PE – Planos de Estudos.
PELC – Programa de Esporte e Lazer na Cidade/SMED/NH
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE – Plano Nacional de Educação/2011
PPP – Projeto Político pedagógico.
RME/NH – Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo
SEB – Secretaria da Educação Básica/NH.
SME/NH – Sistema Municipal de Ensino de Novo Hamburgo
SMED/NH – Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
1 Metodologia	14
2 Fundamentos Legais e Teóricos sobre as Concepções de Currículo para a Educação Infantil.....	21
3 Apresentação e Análise dos Dados	32
3.1 Caminhada da RME/NH no sentido de Implementação das atuais DCNEI/2009 no período de 2009/2013.....	35
3.2 Concepção de Educação Infantil	52
3.3 Concepção de Currículo para a Educação Infantil	54
3.4 Concepção de Criança(s) e de Infância(s).....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICES	74

APRESENTAÇÃO

Este estudo apresenta os resultados de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Especialização em Docência na Educação Infantil da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Departamento de Estudos Especializados e Grupo de Estudos em Educação Infantil (GEIM), que possui como linha de pesquisa os Estudos da Infância.

O foco deste Curso foi a docência na Educação Infantil (EI), buscando contribuir com os profissionais das redes públicas, no sentido de refletir sobre a identidade da EI e as especificidades do trabalho com crianças de 0 a 6 anos, as práticas pedagógicas e a identidade do profissional da Educação da primeira infância. Também buscou ampliar os conhecimentos na área oriundos das ciências sociais e humanas para a compreensão das políticas nacionais e locais desta etapa da Educação Básica (EB), bem como seus impactos nos Sistemas de Ensino e o incentivo aos estudos sobre as relações entre cultura, subjetividade, currículo e pesquisas na área da EI (GEIN/UFRGS¹).

O objetivo do Curso foi propiciar a análise e o desenvolvimento de propostas pedagógicas, por meio de reflexões teóricas, de práticas pedagógicas, de forma a instigar mudanças através da atuação consciente e planejada dos professores, pautada nas atuais DCNEI instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 5, de dezembro de 2009, bem como refletir sobre algumas concepções que devem fundamentar o trabalho com as crianças pequenas, concepções que vão além de conceitos, pois, ao serem discutidas e compreendidas, trazem sentido e orientação para os professores da EI (GEIN/UFRGS², 2012).

Segundo Minayo (2004), o tema da pesquisa indica a área de interesse a ser investigada e, neste estudo, a temática é a trajetória da Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo (RME/NH), no sentido de adequar-se às atuais DCNEI e suas relações identificadas nas concepções de currículo para a EI em âmbitos nacional e municipal.

¹ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/faced/especializacao/edinfantil/>.
Acessado em: fev. de 2014.

² Disponível em: <http://www.ufrgs.br/faced/especializacao/edinfantil/>.
Acessado em: fev. de 2014.

Sendo assim, apresento as questões norteadoras deste estudo que, conforme Minayo (2004), originam-se de um aprofundamento do tema e constituem-se de forma específica, sendo as seguintes:

- Quais movimentos (produção de documentos, programas de formação, eventos e parcerias) o Município de Novo Hamburgo/RS realizou no período de 2009/2013 no sentido de implementar em sua Rede de EI, as atuais DCNEI?
- As concepções de currículo para a Educação Infantil, presentes nos documentos normativos e orientadores da RMENH/RS, encontram-se em consonância com os documentos normativos e orientadores curriculares nacionais para a EI, fundamentados nas atuais DCNEI estabelecidas pela Resolução CEB/CNE 05/09?

Entende-se aqui por *implementação* todos os movimentos que essa Rede vem fazendo, desde aquelas iniciativas de organizar contextos de estudo para que as profissionais da Rede se apropriem das determinações dos documentos legais de âmbito nacional. Não foi objeto deste estudo, pelo tempo destinado à realização de um TCC, investigar como as concepções assumidas em documentos vêm sendo incorporadas nas práticas cotidianas de cada espaço educativo deste Município.

A escolha da temática para esta pesquisa se justifica, basicamente, por duas razões. Do ponto de vista pessoal, sou professora desta Rede desde 2010, exercendo docência na EI, acompanhando e vivenciando os processos no sentido de implementação das DCNEI e, em alguns casos, atuando como protagonista desses movimentos que vêm transformando a oferta da EI no Município. O interesse em compreender as concepções de EI é anterior ao período deste Curso de Especialização, pois já no ano de 2012, no processo de reconstrução do Projeto Político-pedagógico (PPP) da Escola em que atuo como docente, observei que algumas concepções expressas no documento não correspondiam aos novos conceitos de EI apropriados e constituídos a partir das formações e dos estudos realizados.

Já há algum tempo, vivencio processos de mudanças pessoais nas práticas pedagógicas e, diante de constantes reflexões teórico/práticas, fui buscando conceituar algumas concepções, tendo como referência as DCNEI/2009 que traz o conceito de currículo para a EI concebido como “[...] práticas cotidianas que buscam articular as experiências das crianças, seus respectivos saberes, bem como os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural”, trazendo, acima de tudo,

uma identidade para a EI e o estabelecimento de normativas em relação ao currículo e a outros elementos constitutivos das propostas pedagógicas (BRASIL, DCNEI, Art. 3º, 2009).

No ano de 2012, fiz parte da comissão responsável pela criação dos novos Planos de Estudos (PE) da Escola em que trabalho. Esta experiência e a busca por respostas, reforçada nos estudos realizados neste Curso de Especialização, foram imprescindíveis para instigar-me cada vez mais a respeito das concepções de currículo para a EI. Assim, formulando e reformulando minhas próprias concepções, quis saber quais são as concepções de currículo para a EI presentes nos documentos municípios da RME/NH e se os mesmos estão em consonância com as atuais DCNEI.

Entende-se aqui a Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo como sendo todas as instâncias do conjunto de Escolas da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED), cuja contextualização o leitor pode compreender com maiores detalhes no capítulo intitulado “Análise dos dados”. No entanto, o estudo tem como foco a Área da EI, mesmo que as referências dos dados, em função das respectivas normatizações, abranjam documentos que orientam e normatizam a EI nos contextos da Educação Básica (EB), em abrangência nacional e municipal desde a CF/88.

Por outro lado, do ponto de vista social, desde 2009, a partir da aprovação das atuais DCNEI, a educação das crianças de zero até 6 anos de idade vem sofrendo diversas transformações, e as redes educacionais vêm realizando movimentos de adequação dos seus documentos legais e de suas práticas educacionais aos documentos legais vigentes.

Foi pensando nesta pesquisa que, no ano de 2013, dispus-me a fazer parte de um dos Grupos de Estudos para a elaboração dos PE para a Educação Básica; ao longo de seis encontros, representantes de todas as áreas (componentes curriculares) reuniram-se para pensar o Currículo do Ensino Fundamental e da Educação Infantil para todo o Sistema Municipal de Ensino de NH (SME/NH).

Este TCC teve como objetivo geral sistematizar a caminhada da EI na Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS, no período de 2009/2013, no que se refere aos processos de adequação desta às orientações curriculares nacionais para a EI.

Como objetivos específicos, este estudo buscou

1. Identificar as concepções de currículo para a Educação Infantil, presentes nos documentos mandatórios e orientadores de âmbito nacional.
2. Identificar as concepções de currículo para a Educação Infantil, presentes nos documentos mandatórios e orientadores do Sistema Municipal de Ensino de Novo Hamburgo.
3. Sistematizar as formações³ ofertadas pelo Programa de Formações continuada da SMED/NH, visando à implementação das atuais DCNEI no período de dezembro de 2009/2013.
4. Identificar semelhanças/consonâncias, diferenças ou divergências entre as concepções de currículo para a Educação Infantil vigentes nos documentos mandatórios e orientadores do Sistema Municipal de Ensino de Novo Hamburgo/RS e aqueles documentos mandatórios e orientadores vigentes em âmbito nacional.

Este trabalho se encontra assim organizado: o Capítulo 1, sob o título “Metodologia”, traz a origem desta pesquisa e os motivos pelos quais quis investigar os problemas que a norteiam. Aborda ainda o campo, as fontes e os objetos de investigação deste estudo de caso. Apresenta a maneira com que se fez a proposição das amostras, dos instrumentos para a obtenção dos dados e, de modo especial, os desafios da coleta destes dados e o método de análise realizada em busca das conclusões. Nesta sessão, são apresentados alguns referenciais conceituais (conotações observadas entre as concepções) identificados ao serem feitas as relações entre as fontes de referências e a sistematização da caminhada tanto em âmbito Nacional como Municipal, no sentido de implementação das orientações curriculares desde a aprovação da Res. CEB/CNE 05/09.

O capítulo 2, intitulado “Fundamentos legais e teóricos sobre as concepções de currículo para a Educação infantil” evidencia alguns conceitos e concepções de currículo para a EI que considero fundamentais para entendermos o currículo desta etapa da Educação: a concepção de criança, de educação infantil, de currículo e de infância.

No capítulo 3, que tem como título “Apresentação e análise dos dados”, a RME/NH é contextualizada, em um primeiro momento, através das fontes de dados em âmbito nacional e, em um segundo momento, em âmbito municipal, analisadas a partir das referências bibliográficas que embasaram e fundamentaram teoricamente

³ Refere-se ao Programa de Formação continuada para os professores, ofertado pelo Departamento de Formação Continuada do SME/NH, setor da SMED.

este estudo. Nesta sessão, também são evidenciadas as concepções de currículo para a EI e as relações identificadas, bem como a trajetória da RME/NH quanto à apropriação das orientações curriculares nacionais para a EI, através da análise das diferentes fontes de dados.

A seguir, são feitas as considerações finais, retomando as principais questões da pesquisa que conduziram investigações e processos de análise, levando a algumas conclusões sobre a trajetória da RME/NH quanto aos processos de implementação das concepções de currículo vigentes para a EI que foram encontradas nos documentos legais em âmbito nacional.

1 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a trajetória, as etapas de investigação em busca das fontes, dos dados que fundamentaram este estudo, a metodologia utilizada com a finalidade de favorecer o alcance dos objetivos, bem como alguns movimentos de elaboração e reelaboração do projeto de pesquisa, revelada a necessidade de redefinir alguns elementos do campo de estudo, conforme os dados foram se constituindo nas fontes de referências.

O campo de pesquisa deste estudo é a RME/NH. Segundo Minayo (1992), campo de pesquisa é um recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação.

Inicialmente, como hipótese, refleti sobre a ideia de que as concepções analisadas nos documentos municipais estariam em consonância com os documentos nacionais, e que esta Rede vem traçando uma trajetória, realizando movimentos significativos para implementar as atuais DCNEI/2009, observações estas feitas com base nas leituras iniciais dos respectivos documentos. Conforme Goode e Hatt (1969), “hipótese é uma proposição que pode ser colocada à prova para determinar a sua validade”; sendo assim, observo aqui hipóteses para as questões que são objeto de investigação. Segundo os autores, uma hipótese só pode ser considerada se ocorrer suficientemente enquanto fenômeno e, neste caso, caracterizo estas duas hipóteses como as que se referem à “[...] frequência dos acontecimentos”⁴ (através das temáticas das formações) e que estabelecem “[...] relações entre as variáveis” (referências nacionais, documentos do município, informe com o programa das formações, entrevista e questionário). Neste trabalho, estas hipóteses constituem-se testáveis, pois são claras e específicas (as concepções analisadas estão ou não em consonância e há ou não indicadores de uma trajetória de implementação das DCNEI no Município). Estas hipóteses envolvem conceitos que podem ser da Rede, verificadas através das referências conceituais expressas nas concepções que foram escolhidas para análise e identificadas na coleta dos dados.

Este estudo ainda pode ser definido pelo método de pesquisa das Ciências Sociais, como pesquisa descritiva, pois, conforme Gil (2008), “[...] permite a

⁴ Esta hipótese geralmente aparece nas pesquisas descritivas.

obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”, através da coleta de dados. Gil (2008) define pesquisa “[...] como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”.

Segundo Minayo (2004), a pesquisa social científica ultrapassa o senso comum por ser um método que permite que a realidade social seja reconstruída enquanto um objeto de conhecimento, através de um processo que une dialeticamente o teórico e o empírico. Já, para Gil (2008), o que torna um conhecimento científico é a sua verificabilidade e “[...] o que torna um método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (p. 27). Considerando que “A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade” (MINAYO, 2009), neste estudo a análise se fundamenta em uma amostragem que possibilita abranger a totalidade dos problemas de investigação em suas múltiplas dimensões.

O trabalho foi desenvolvido através da análise bibliográfica que, conforme Gil (2008, p. 69), “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos”. Nesse caso, foram analisados 29 documentos, dentre estes, sete mandatórios e quatorze orientadores em âmbito nacional, assim como, cinco mandatórios e três orientadores em âmbito municipal. Esse método, o autor define-o como “[...] exploração de fontes documentais” (GIL, 2008, p. 70).

Considera-se ainda um total de 41 ações/eventos e formações e 78 Títulos do Programa de Formação Continuada (SMED). Devo dizer que estes eventos/ações e as temáticas das formações analisadas foram sistematizadas em um quadro, com todas as formações oferecidas pela Rede no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2013. Por se tratarem de um Programa de Formação, o número real é muito maior e mais expressivo do que o apresentado, no entanto fazem parte de um n° “X” de encontros, cujos títulos se repetem a cada ano, no sentido de contemplar o maior grupo de profissionais possível. Assim sendo, os números acima identificados são apenas uma representação do real número das formações e eventos referentes ao período analisado. O período de referência para a coleta de dados foi definido como 2009-2013 em função de ser aquela a data em que foi aprovada a Res. CEB/CNE 05/09, chegando o estudo até o final do ano letivo de 2013, momento de conclusão da etapa de coleta de dados deste estudo.

Como procedimento para coleta de dados junto a pessoas-fonte, foi realizado um questionário com a atual gerente da EI municipal e uma entrevista com a professora que exerceu cargo de gerência da Área no período de 2009/2013. Minayo (2004) refere-se a estes procedimentos como os mais usuais no trabalho de campo, através dos quais o pesquisador busca obter informes por meio dos atores sociais e por meio de coleta de relatos que evidenciam uma realidade focalizada.

Segundo a descrição de Ludke (2009), um estudo atende à caracterização de uma pesquisa em educação quando contempla elementos fundamentais de estudos investigativos, quando busca pela universalização de seus achados e pretende contribuir com novos conhecimentos “[...] comprometidos com valores, padrões, expectativas e exigências que fazem parte da cultura de pesquisa, das quais estamos envolvidos”.

Ludke (2009) aponta alguns fios condutores que revelam uma pesquisa qualitativa em educação como os aspectos formais da apresentação, a linguagem, a concatenação das ideias, a articulação dos componentes do trabalho e, em especial, a lógica que liga o problema, o desenvolvimento do estudo e as conclusões. Segundo ela, a proposição das amostras, dos instrumentos para a obtenção das informações e, de modo especial, o desafio da construção dos dados, das análises efetuadas e das conclusões às quais chega o estudo também são aspectos que revelam se um trabalho pode ser considerado uma pesquisa ou simplesmente um relato de experiências.

A pesquisa aqui apresentada se caracteriza, ainda, além de descritiva, como uma pesquisa exploratória realizada através de levantamento bibliográfico, documental e de entrevistas semiestruturadas. Quanto às concepções analisadas, enquanto foram sendo delineadas, desencadearam alguns questionamentos e interpretações na configuração do Currículo e da Identidade da EI no Município de NH. Gil (2008) ainda considera este tipo de pesquisa como “pesquisa pura”, pois emana da ordem intelectual, do desejo e da satisfação em conhecer.

Quanto ao envolvimento, enquanto pesquisadora em relação ao objeto da pesquisa, classifico esta participação como um “modelo”, segundo Gil (2008), com vista no máximo de objetividade possível e de uma postura de neutralidade e pré-disposição para aceitar os fatos quanto às concepções identificadas e à caminhada realizada pela Rede.

Na etapa em que foi realizado o “garimpo” de documentos de domínio público expedidos pela RME/NH, as leituras já foram sendo assinaladas quanto às concepções, buscando-se compreender como o currículo para a EI é considerado na Rede. O estudo evidencia o próprio conceito de currículo, os diversos elementos que o compõem e as suas respectivas relações entre as referências conceituais. Contudo, para dar conta de identificar os conceitos, foi tecido um fio histórico da legislação através das referências legais para a EI, como a Constituição Federal/88, o Estatuto da Criança e do Adolescente/90, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica/2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/2009 e o Parecer do CNE/CEB nº 20/2009 que trata da Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EI e demais documentos nacionais que orientam o currículo para a EI.

Em relação à análise dos dados, articulo as concepções trazidas nos documentos nacionais acima citados, bem como documentos normativos e orientadores do currículo para a EI gerados pelo SME/NH.

Na escrita do trabalho, referencio bibliografias que trazem reflexões sobre as concepções de EI, como a revista “Insumos para o Debate 2/2010” que traz alguns textos com o objetivo de debater os principais dilemas da Educação Nacional, impasses e desafios da EI após a Emenda Constitucional de nº 59/2009 e teóricos, como Fátima Salles e Vitória Faria (2010), que convidam a pensar sobre a proposta curricular para a EI, os seus objetivos, os sujeitos, a quem se destina e a quem deve sua autoria, enfim, a caracterização deste documento.

Durante o processo, foi necessário reescrever o Projeto de Pesquisa a fim de traçá-lo objetivamente, através de um cronograma. Dessa forma, o trabalho de investigação obteve um caráter de um sistema coordenado e coerente, assumindo um significado científico, guardando o afastamento possível e necessário da pesquisadora.

Nessa dimensão mais ampla, sendo feita a previsão de análise e de interpretação dos dados, as preocupações mais lógicas e teóricas cederam lugar aos “problemas” mais práticos de busca de dados propriamente ditos. Nessa fase, foram sistematizados e definidos os documentos, classificados quanto às categorias nacionais e municipais e aos níveis de abrangência normativas e orientadoras. Ao progredir com as leituras destes, foram identificados os conceitos da EI, expressos e

formulados os demais quadros analisados. A partir desses quadros, foram feitas as relações, considerando-se os referenciais conceituais identificados.

Nesse sentido, a partir da classificação dos documentos e de suas relações, percebeu-se a necessidade de sistematizar as ações realizadas pela RME/NH e de evidenciar a trajetória do Município no que se refere à implementação das atuais DCNEI, já buscando respostas para as questões que nortearam este estudo. Assim, o estudo foi ganhando forma em uma construção lógica como um plano definitivo, possibilitando a escrita propriamente dita, considerando o que diz Gil (2009): “A redação do texto consiste na expressão literária do raciocínio desenvolvido no trabalho [...]”.

Inicialmente foi definido o título, percebendo-se que este é muito mais do que um trabalho de pesquisa documental e de identificação das concepções e das consonâncias e/ou divergências entre documentos nacionais e municipais, mas um estudo de caso que evidencia a caminhada e os processos de uma Rede de Ensino, no sentido de qualificar o seu Sistema Educacional na área da EI.

Cabe destacar que outros estudos sobre temas afins contribuíram para definições teóricas e metodológicas do processo vivido. O estudo de Flores (2007), investigando a trajetória e os movimentos vivenciados pelo Município de Porto Alegre no período 1989-2004, para a implementação do direito à EI no Município de Porto Alegre resgata a história dessa etapa da Educação Básica e evidencia marcas deixadas por quatro gestões municipais no sentido de revisão das concepções tradicionais de EI.

O estudo de Gomes (2011) sobre o papel do coordenador pedagógico na EI no Município de Novo Hamburgo colaborou no resgate da trajetória municipal na oferta dessa etapa da educação e ofereceu informações importantes sobre a estrutura e organização dessa rede de ensino.

Para atender aos objetivos do estudo, foi procedida uma sistematização a partir da análise dos documentos nacionais e municipais, com base no estabelecimento de relações entre as referências conceituais identificadas nos documentos para cada uma das concepções em estudo. Dessa forma, identificaram-se aspectos comuns (consonâncias) ou divergências entre as concepções de criança, infância, educação infantil e currículo para a educação infantil presentes no conjunto de documentos analisados.

A fidedignidade desses dados pode ser evidenciada (“medida”) através dos quadros apresentados no 3º capítulo. O conceito de variável está, conforme Gil (2009), como sendo a definição operacional que faz referência aos indicadores, ou seja, aos elementos que indicam o valor da medida de forma prática. Quanto à operacionalização das variáveis, a validade da “medida” nesta pesquisa é do tipo, segundo Gil (2008), de validade externa que se refere ao grau com que os resultados da pesquisa podem ser generalizados, pois são gerados das relações e análise das concepções de currículo encontradas nos dados coletados.

Em um primeiro momento, esta pesquisa trouxe um universo de tantos elementos que pareceu “impossível” considerá-lo na sua totalidade. Este foi o momento mais crítico quando foram definidos os “instrumentos de medidas”, quando foram feitas as comparações e relações entre as concepções e, ainda, quando conduziram a análise da entrevista, do questionário e dos informes que expressaram a caminhada da RME/NH. Enquanto eram identificadas as concepções (um dos objetos de estudo) eram organizados os quadros classificando os conceitos conforme iam se descortinando. Desta forma, foi feito um quadro para cada concepção, com suas respectivas conotações e estabelecido o número de vezes em que apareceram nas fontes de referências.

No entanto, estes números decorreram de observações da pesquisadora e não devem ser considerados como medidas na pesquisa. Da mesma forma, desejo destacar que este estudo de caso não pode ser generalizado, pois tem como principal instrumento de análise interpretações pessoais sobre uma dada realidade. Acima de tudo trata-se de proporcionar uma visão geral das concepções de currículo para a EI, através da análise dos dados. Conforme Gil (2008), alguns desses dados se apresentam como “[...] de difícil formulação de hipóteses precisas e operacionais” (p. 46) e, pela complexidade dos elementos, a importância foi dada aos referenciais conceituais comuns expressos entre os conceitos (objetos) analisados.

Esta foi a forma utilizada para “decodificar” os conceitos e concepções, transformando-os em dados, possibilitando a análise e resultados obtidos. Quanto às respostas da entrevista, do questionário aplicado e dos informes das ações/formações, foi utilizada a mesma prática para análise, pois as temáticas do Programa e as referidas respostas também expressaram conceitos de EI, revelando os referenciais conceituais e demonstrando a trajetória da Rede no sentido de implementar as DCNEI/2009. A realização dos procedimentos de entrevista e do

questionário aplicado foi considerada pelo fato de que poderia trazer elementos que dariam sentido à caminhada do Município e estruturariam os dados encontrados nos documentos legais e orientadores.

2 FUNDAMENTOS LEGAIS E TEÓRICOS SOBRE AS CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste capítulo, são abordadas as concepções de infância, de Educação Infantil, de criança e de currículo. Também são apresentados os referenciais conceituais indicadores dos conceitos, expressos nas fontes dos dados analisados. Em um primeiro momento, são abordadas as concepções à luz dos conceitos de Educação de forma geral e, em segundo, as concepções expressas nos documentos que orientam o currículo para a EI. Dessa forma, é traçado um fio histórico que nos leva a compreender os conceitos atuais constituídos em decorrência de como foi entendida a Educação no Brasil, considerando os contextos históricos. O leitor pode esperar deste capítulo uma explanação sucinta das concepções definidas como objetos de estudo e das fontes sistematizadas, na busca pelos dados que levam as respostas das questões que norteiam as investigações. As relações estabelecidas entre os conceitos das concepções são abordadas de forma mais detalhada na análise dos dados.

Alguns desses conceitos que configuram as concepções da EI no Brasil vêm se constituindo ao longo da história através de diversos movimentos que buscam qualificar a Educação: instituições e pessoas, progressivamente, pensam, criam programas, elaboram leis e decretos, instituem órgãos públicos e privados e desenvolvem práticas sociais de cuidado e educação para a infância. Nesses processos, foram traçados caminhos para chegar à criança em sua realidade e concretude histórica, social, cultural, política, econômica, para atender às suas necessidades e, finalmente, chegar a uma política pública de EI como direito da criança e dever do Estado, da sociedade e da família – direito que deve ser atendido com prioridade absoluta conforme as atuais DCNEI (2009).

Considerando o reconhecimento da EI na CF/88, LDBEN/96, a própria inclusão das creches no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) como sua primeira etapa que conceitua a criança como sujeito de direitos, e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, realizada e contextualizada na Revista Insumos (2009) através de um debate com profissionais que discutem a Emenda Constitucional nº59/2009 e a Educação Infantil, seus impactos e perspectivas, é possível refletir sobre algumas de suas concepções.

Tudo vem sendo construído e compreendido recentemente, sendo necessário focalizar cada vez mais o olhar dos profissionais da EI, no sentido de promover mudanças na própria formação dos professores e elaboração de novas propostas curriculares pelos SE. “Essas inadequações [...] apenas indicam outras muito mais graves, como as de currículos, práticas pedagógicas, materiais didáticos e critérios de avaliação e promoção” segundo o texto da Revista Insumos para o debate 2 (2010).

A Resolução nº 5/2009 fixa as atuais DCNEI e, em nenhum momento, sugere listagens de conteúdos para os PE; pelo contrário, fala da inadequação às especificidades desta faixa etária e orienta na elaboração da proposta curricular da escola estruturada em princípios e diretrizes.

Sendo a criança sujeito de direitos, deve-se primar pela qualidade da EI e pelo respeito às necessidades das crianças em suas especificidades na elaboração da proposta curricular da Escola estruturada nos direitos à brincadeira, à atenção individual, ao aconchego, ao afeto, ao desenvolvimento da sociabilidade, às aprendizagens e às construções dos conhecimentos. Um currículo que considere um ambiente organizado como um terceiro educador (os cuidados com o corpo, os aspectos relacionados à alimentação, os materiais pedagógicos, os brinquedos), que contemple a diversidade nas suas várias expressões (a etnia, o gênero, as diferenças individuais, as expressões culturais, a orientação sexual, etc.) (MEC/SEB/UFRGS, 2009).

Didonet (2010) aponta como um dos aspectos positivos do texto da LDB/96, a “[...] flexibilidade e a adequação à diversidade brasileira”, possibilitando a autonomia às Escolas de elaborarem sua própria proposta curricular. Porém alerta o fato de que “[...] algumas questões transcendem o âmbito da lei, no que dizem respeito às concepções, diretrizes e terminologias educacionais”, cabendo essas compreensões às formações de cada um dos profissionais que atuam na EI. Observa ainda que não é a obrigatoriedade da EI (de 4 a 5 anos e 11 meses) que garante a frequência na Escola, mas, segundo ele,

[...] a paixão de aprender que essa Escola deverá nutrir [...] estes alunos exigem uma nova organização escolar no que se refere há tempos, espaços, processos de ensino e trabalho discente, frequência e conteúdos curriculares significativos para as suas vidas (DIDONET, 2010).

Mais uma vez o currículo é apontado como um documento que deve ser elaborado pela Escola, atendendo as especificidades da sua realidade, bem como concepções de EI legitimadas nesta faixa etária e não um currículo voltado para a preparação ao Ensino Fundamental. Não são poucos os profissionais da EI que confundem “educação” com “ensino”, ensino como transmissão de conhecimentos e conhecimentos com informações, quando os projetos pedagógicos devem ser uma produção de significados e experiências na vida dos alunos e professores, que promovem as aprendizagens e constroem os conhecimentos, aluno e professor em um protagonismo compartilhado.

Quando pensamos sobre a Educação no Brasil, devemos considerar que vivemos em uma sociedade marcada por desigualdades econômicas, desigualdades de diferenças de acesso aos bens sociais como a saúde, a educação, seja a EI, a EB e/ou a educação superior. No entanto, viemos em uma caminhada que também aponta avanços positivos:

O ensino fundamental, obrigatório, está praticamente universalizado – alcança 98% da população na faixa etária que lhe corresponde –, mas apresenta problemas de qualidade conforme as regiões, as cidades e a área centro-urbana, a da periferia urbana e a da zona rural. O ensino público é gratuito desde a educação infantil até o ensino superior (universidade) (NUNES, DIDONET, CORSINO, p.15, 2011).

O Estado tem atribuição de garantir este direito que estabelece diferentes competências entre os entes que compõem a federação, sendo estes a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Estes últimos devem atuar prioritariamente na EI e no Ensino Fundamental. Embora ainda em tramitação na Câmara dos deputados, o Plano Nacional de Educação (PNE)⁵ já é considerado quando se fala de Educação no Brasil, segundo o Anuário da Educação Básica (2013), que traz em seu eixo de organização o PNE (no tempo de conclusão do Anuário, o mesmo estava à espera de votação final no Congresso Nacional) e cujo documento reúne os principais indicadores da área no Brasil, com base em estatísticas oficiais e artigos de especialistas com o objetivo de contribuir para a qualidade da Educação. O Projeto do PNE oferece uma proposta de organização das principais questões a serem enfrentadas na Educação brasileira. Conforme o MEC,

⁵ . Projeto de Lei nº 8.035/2010, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011/2021.

O projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação (PNE) para vigorar de 2011 a 2021 foi enviado pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010. O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida. (ANUÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2013)⁶.

É visível que os desafios em um âmbito geral permeiam todos os níveis educacionais e estão em todas as etapas nacionais, no entanto este projeto representa a oportunidade de que toda a sociedade possa visualizar os problemas e desafios relacionados ao estado real da Educação. As metas do documento intencionam tirar o Brasil de um atraso histórico com relação a outros países com a universalização do atendimento escolar, pois, segundo o Anuário, “para ampliar o acesso de forma equitativa, urgem políticas atentas e inclusivas, voltadas às especificidades de cada região, de diferenças de renda e de raça” – para que as estatísticas não sejam positivas apenas porque o sistema tende a melhorar onde é mais fácil de avançar.

O PNE assegura ainda que o acesso à Educação esteja indissociável da qualidade: “Não há mais tempo para avanços no atendimento sem incremento na eficiência do sistema e, como consequência, da aprendizagem dos alunos”. Um exemplo das definições trazidas nesse projeto de Lei que em seu conjunto de metas propõe a expansão da Educação em Tempo Integral, medida que intervém em todas as dimensões do SE brasileiro. Porém, outro ponto que exige medidas estruturantes em todas as instâncias governamentais é a valorização do professor que passa pela estruturação de planos de carreira condizentes com o compromisso do educador e das escolas com a efetiva aprendizagem, ou seja, a estimulação para este professor buscar a formação continuada. Dentre as metas do PNE está também a gestão democrática da Educação, a participação da comunidade em todas as instâncias da Instituição Escolar, reforçando o controle social em

⁶ Anuário Brasileiro da Educação Básica (2013). Disponível em: http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/anuario_educacao_2013.pdf. Acessado em: fev. de 2014.

mecanismos como o Conselho Escolar, sendo construída uma cultura de participação das famílias na Escola, privando pela qualidade da educação dos seus filhos.

De modo geral, a EB no Brasil teve um marco na promulgação da Constituição de 1988 (CF/88), seguida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) apontado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF – como uma das legislações mais avançadas do mundo no que se refere à garantia dos direitos da criança e do adolescente à vida, à educação, à saúde, à proteção, à liberdade, à convivência familiar e ao lazer, seguido pela LDBEN/96 e posteriormente diversos movimentos sociais, assim como o impulso pelos processos de globalização, todos estes indicadores da busca pela qualidade da Educação no Brasil.

Quanto ao estudo das concepções consideradas nesta pesquisa, a CF/88 traz o conceito de criança com uma conotação de sujeito social de direitos e cidadão. A concepção de EI como direito, tempo e espaço de oportunidades, do exercício da cidadania, de socialização e atribui às Escolas um compromisso com a democracia, com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, comprometida com as questões ambientais e com a arte (Art. 3º, inciso I), expressando também proteção aos direitos da infância.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA /90) reitera o conceito de criança como sujeito de direitos e em seu artigo 53, referencia a contribuição da Educação no desenvolvimento pleno da pessoa, na conquista da cidadania e na qualificação para o trabalho, destacando, ainda, aspectos fundamentais garantidos por políticas públicas, entre os quais a necessidade de igualdade de condições para o acesso à escola pública. O artigo 54 enfatiza a obrigatoriedade do Estado no atendimento às crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas e também estabelece a criação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente que passam a representar importantes instrumentos em defesa a esta parcela da sociedade.

Nos processos de configuração da educação nacional, cada elemento desta trajetória impulsionou ou determinou processos posteriores. Em 1996, a LDBEN ratifica as concepções conforme identificadas na CF/88 e ECA/90: a de criança com a conotação de sujeito social, histórico, de direitos e cidadão, colocando-a no centro do Sistema Educacional. Conforme o art. 29, a EI é a primeira etapa da EB; no art.

4º, inciso IV, reitera a responsabilidade do atendimento como um dever do Estado. Apresenta o conceito de infância como etapa do desenvolvimento, processo de inserção na cidadania e em formação da identidade social. Este mesmo documento define o currículo para a EI pautado em uma visão integral da criança, com ritmos individuais de aprendizagens e de desenvolvimento e nos dá a ideia de currículo constituído nas práticas cotidianas.

A Resolução nº 4 (2010) define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EB e também traz as concepções consideradas neste estudo com conceitos semelhantes aos referenciais conceituais já citados. Conforme Art. 6º, fala da criança como educanda, pessoa em formação na sua essência humana, novamente com uma conotação de sujeito de direitos, em desenvolvimento e na construção da sua identidade. No Art. 5º, a Resolução nº 4 (2010) apresenta a EI como primeira etapa da EB, no entanto em uma perspectiva dos conceitos indissociáveis de cuidar e educar, direito universal e indispensável do exercício da cidadania, “do qual, depende a possibilidade de conquistar todos os outros direitos”. Traz ainda a aprendizagem, o aluno no centro do Sistema Educacional e a escola como espaço de expressão e produção de cultura, bem como um conceito de infância em formação e em inserção social, em que o currículo para a EI representa um “indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais e a função da Educação na sua relação com o projeto da nação”. Nessa perspectiva, conceitua currículo como formação básica comum nacional (conhecimentos, saberes, valores), com foco na formação e desenvolvimento dos sujeitos, construção da identidade, consideração dos interesses da comunidade, dos tempos, dos espaços e como instrumento a serviço de interesses mais complexos.

Podemos, assim, compreender que as concepções de hoje nem sempre tiveram estas conotações como criança sujeito de direitos, conforme o conceito abaixo:

O direito à Educação inclui também a exigência de qualidade e respeito às necessidades da criança em cada fase do desenvolvimento: o direito a brincadeira, à atenção individual, ao aconchego e ao afeto, ao desenvolvimento da sociabilidade, assim como o direito à aprendizagem e ao conhecimento (CAMPOS, 2010).

Este fio histórico apresenta um panorama nacional da Educação porque, sem dúvida, as concepções teóricas de currículo na EI sofreram as influências de

diferentes processos educativos desenvolvidos nas escolas brasileiras nas últimas décadas. Hoje criança é entendida como um sujeito social e histórico, constituído no seu presente, portador e produtor de cultura e cidadão. A infância deixa de ser vista apenas em seus aspectos temporais do desenvolvimento infantil, mas como um tempo em si, um tempo que incorpora tudo o que a criança é e faz nesse período de sua vida, um tempo em que ela já é sujeito de direitos.

A Educação Infantil é obrigatória a partir dos 4 anos de idade e integra parte importante no PNE (2011/2021) que visa à universalização do atendimento de crianças na modalidade pré-escola (de 4 e 5 anos) até 2016, assim como a ampliação da oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final de sua vigência⁷.

A Educação Infantil, reconhecida como direito de toda criança, vem se tornando foco cada vez maior das políticas públicas educacionais, pois, como direito constitucional, é dever dos órgãos governamentais e tem desencadeado interesse e empenho também de organizações civis. Aos Conselhos Municipais do Direito da Criança e do Adolescente e Ministério Público pesam o duplo desafio: a expansão do atendimento na faixa de 0 a 3 anos (creche) e a melhoria da qualidade em todo o segmento de 0 a 6 anos.

A LDBEN/96 é que regulamenta a EI e determina como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos de idade. Como parte importante deste processo de organização e democratização da EI, estão também os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/1998 (RCNEI), documento que orientou o trabalho pedagógico, trazendo objetivos e conteúdos com base nas etapas de desenvolvimento da criança. Porém, em 1999 é que foram instituídas as DCNEI (Resolução CNE/CEB nº 1, de 07/04/1999), revogadas pela Resolução CNE/CBE nº 5, de 17 de dezembro de 2009, cujos princípios e diretrizes embasam a elaboração das atuais propostas curriculares das escolas de EI.

Nessa trajetória, o MEC tem buscado cada vez mais, através de documentos normativos e orientadores, qualificar esta etapa da Educação. Dentre essas publicações, estão os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006), os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Brasil, 2009), os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de EI (2006), o documento

⁷ Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2011 - Elaboração: Todos Pela Educação.

norteador “Política Nacional de EI: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação (Brasil, 2006)” e outros ainda, anteriores a esses, como a publicação dos “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” (CAMPOS; ROSEMBERG, 1995), por exemplo.

Conforme Campos (2012), dentre as ações cabíveis ao MEC na coordenação nacional da EI, no papel de garantir a identidade desta etapa da Educação em todas as suas instâncias, podemos destacar a disponibilização aos governos municipais de dados reais, através das pesquisas, sobre a população de crianças de 0 a 6 anos e as taxas da oferta das matrículas, bem como orientações claras para o ingresso das crianças na EI. Da mesma forma, vem atuando na expansão do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de EI (Pro-infância), na ampliação de recursos financeiros para a EI através do Fundo nacional de Educação Básica (Fundeb), na criação de um programa governamental suplementar para a compra de materiais pedagógicos, no estabelecimento do Programa de Transporte escolar para atender a população da EI, na criação de um grupo de trabalho, que representa os segmentos do MEC e da Saúde, para o desenvolvimento de ações articuladas à EI, na ampliação do valor per capita, no Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (PNAE), nas ações de ofertas das formações continuadas através da Plataforma Freire⁸, nas propostas de alterações da LDBEN em alguns pontos pertinentes. Vem atuando também nas perspectivas de implementação das atuais DCNEI, na realização de Seminários Nacionais para pensar as questões da EI e no estabelecimento de um plano de monitoramento nacional para acompanhar a implementação da obrigatoriedade da pré-escola, por meio de um projeto em conjunto com a Secretaria da Educação Básica, a Coordenação de Educação a Distância (SEB/Coedi), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Movimento Interfóruns de Educação do Brasil (Mieib), sendo que várias dessas ações estarão regulamentadas no PNE (2011/2020).

No Brasil, as políticas públicas não são ainda satisfatórias, porque muito há que se fazer em todos os setores, a começar pela formação dos professores. No entanto, podemos dizer que existe uma trajetória

⁸ A Plataforma Freire é um ambiente virtual criado pelo MEC para cadastro de professores e realização de pré-inscrições do Parfor (Formação Inicial e Formação Continuada), destinados aos professores sem formação adequada a LDBEN e em exercício nas Escolas públicas de EB, estaduais e municipais.

bem importante no sentido de qualificar a EI que vem se consolidando nos processos de conquistas democráticas e por meio dos movimentos sociais.

Foi com a Emenda Constitucional nº 59/2009 que a obrigatoriedade da Educação passa a ser de 4 a 17 anos, e esta alteração na lei também provocou profundas mudanças, influenciando a produção de novos documentos tanto normativos como orientadores para todas as etapas da EB. Porém, mudanças como esta, implementadas no contexto do novo ensino fundamental com ingresso aos seis anos ainda desencadeiam muitas dúvidas para os profissionais da área como, por exemplo, a polêmica idade de corte, pois, apesar de haver uma definição única e clara do Conselho Nacional de Educação, alguns sistemas estaduais e municipais têm atuado em diferentes concepções, determinando a antecipação da matrícula no ensino fundamental, acolhendo crianças de 5 anos, seja após testes pedagógicos, seja com o aval das famílias.

A Resolução CNE/CBE nº 5 (2009) estabelece a matrícula de crianças que completam 4 e 5 anos até 31 de março em turmas de pré-escola, enquanto as crianças que completarem 6 anos, após este mês, devem ser matriculadas no Ensino Fundamental.

O artigo 5º, parágrafo 2.º da Resolução CNE/CBE 05/09, diz: “É obrigatória a matrícula na educação infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula”. O parágrafo seguinte traz o seguinte texto: “As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na educação infantil”. (BRASIL. CNE/CBE. RESOLUÇÃO Nº 5, 2009).

Segundo Campos (2012), esses desencontros demonstram que tem sido tumultuada a introdução de todas as mudanças na organização da EI no Brasil. Para que todas estas alterações sejam aplicadas de forma coerente deve haver um mínimo de estruturação como que “[...] as normas legais e orientadoras sejam claras e consistentes, sejam promovidas mudanças urgentes nas escolas, na formação dos professores e nos currículos” (CAMPOS, 2012).

Conforme Didonet (2012), algumas dessas questões que geram dúvidas transcendem o âmbito de uma lei e dizem respeito a concepções, diretrizes e terminologias presentes na CF/88 e por tanto, só podem ser alteradas por emenda constitucional. Dentre as questões que requerem reflexão, estão as concepções evidenciadas neste estudo: a concepção de criança(s), de currículo, de infância(s) e de EI.

Pelo fato de que cada vez mais cedo as crianças fazem parte dos sistemas educacionais, a forma de trabalho dos profissionais deve ter coerência quanto às especificidades do atendimento e Educação, considerando cada faixa etária. Todos os contextos das instituições devem ser pensados e planejados para atender às crianças pequenas com base nas referências legais e nos novos estudos de especialistas que vêm se dedicando teoricamente para qualificar a EI. Conforme Campos (2012), as formações para os professores quase não abordam em seus currículos e estágios a primeira etapa da EB; as Secretarias de Educação não possuem conhecimentos mais especializados sobre o atendimento as creches e pré-escolas e menos ainda sobre a educação dos bebês. As instituições não estão estruturadas e fisicamente adequadas a estas faixas etárias, pois ainda são planejadas segundo modelos tradicionais do Ensino Fundamental e os materiais pedagógicos não são apropriados para a EI.

Diante de todas essas perspectivas de qualificar a primeira etapa da EB, seja na área dos estudos, debates ou por meio dos movimentos sociais, órgãos governamentais ou não governamentais, podemos destacar o fato de que a EI busca constituir a sua identidade, estruturada através de legislações específicas na construção de propostas mais pedagógicas, menos assistencialistas e menos espelhadas no Ensino Fundamental, portanto sem desconsiderar as suas especificidades. As questões preocupantes perpassam por toda a trajetória da educação aqui descrita, porém convidam-nos a pensar sobre as propostas pedagógicas que se constituem em elementos, concepções e princípios que são norteadores para a construção do currículo para a EI.

Na caminhada do País em busca da qualificação da Educação, além das ações já citadas, destaco a Pesquisa Nacional sobre o currículo na EI (2008/2009) realizada pelo MEC em parceria com a UFRGS sob a coordenação de Maria Carmem Silveira Barbosa. Segundo esta coordenadora (2009), não há dúvida sobre o fato de que a EI esteja se constituindo como uma área de saberes próprios, em diálogo com as interfaces da Educação e denotando importantes conquistas construídas por pesquisadores e militantes, capazes de influenciar a elaboração das próprias políticas públicas e de refletir em documentos e resoluções que regem e orientam as propostas pedagógicas das creches e pré-escolas.

Sabemos que as propostas pedagógicas das escolas, mesmo que não tenham sido elaboradas de forma ideal a atender os princípios expressos nos

documentos legais, existem e são visíveis nas instituições de muitas formas. Conforme Salles e Farias (2012), trata-se de “[...] um saber-fazer construído, forjado no cotidiano, certamente norteado por crenças e concepções, as quais, em alguns casos, fundamentam a construção de uma prática pedagógica coerente, intencional e consistente” (SALLES; FARIAS, p. 21, 2012).

Porém, na maioria das vezes, as concepções não são claras, documentadas e realizadas de forma consciente pelos profissionais da Educação; caso fossem, contribuiriam para as reflexões sobre as práticas realizadas. As autoras nos convidam a pensar sobre a proposta curricular, quais são seus objetivos, a quem ela se destina, quem a elabora e que documento é este chamado currículo para a EI. Fazem uma ressalva do papel das Secretarias na elaboração das propostas curriculares e enfatizam a responsabilidade e autoria das Escolas na função de construir cada uma o seu currículo.

As concepções analisadas neste estudo são elementos constitutivos do currículo para esta etapa da educação e são reveladas na elaboração das propostas curriculares das escolas e sistemas de ensino. O conceito de criança é definido como sujeito de direitos e centro dos planejamentos curriculares, simultaneamente com uma natureza em que deve ser respeitada nas suas identidades e considerada nos aspectos multiplurais. A Educação Infantil como uma concepção de primeira etapa da EB em instituições educacionais que se propõe a trabalhar com base nas DCNEI/2009, nos aspectos indissociáveis do cuidar e educar e com a função de garantir os direitos fundamentais das crianças. A concepção de currículo elaborado de forma a se constituir nas ações pedagógicas, no campo das experiências, nas práticas cotidianas e sociais, que corresponda às DCNEI/2009 e que tenha como eixos as interações e as brincadeiras. Portanto, a infância é apresentada enquanto construção social, uma possível sociologia da infância e salienta o papel que a escola vem desempenhando diante dessa invenção da modernidade. Enfim, salienta a importância da articulação dos diversos elementos da proposta pedagógica da escola, na construção do currículo para a Educação Infantil.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Segundo os estudos de Minayo (2004), esta análise tem finalidades complementares nos termos da pesquisa qualitativa em Educação, pois será estabelecida uma compreensão dos dados coletados, através das relações existentes entre as concepções de currículo para a EI, dentre as fontes de referência dos dados, e serão respondidas às questões que nortearam este estudo. Pretende ainda confirmar as hipóteses estabelecidas no princípio da pesquisa através da sistematização da caminhada realizada pela Rede no período analisado. Para tanto, serão realizadas análises dos referenciais sistematizados nos quadros com as fontes documentais em âmbito Nacional e Municipal e nas categorias normativas e orientadoras da Educação, cujo estudo gerou os dados da pesquisa conforme os documentos legais, as origens de suas expedições e suas respectivas normatizações. Seguem, portanto, os documentos que trazem em suas concepções os conceitos analisados de Educação Infantil, currículo, criança e infância.

Quadro 1 - Documentos mandatórios Nacionais:

LEGISLAÇÃO	ORIGEM	NORMATIZAÇÃO
Constituição Federal de 1988	Congresso Nacional	Constituição da República Federativa do Brasil /1988.
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Congresso Nacional	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996	Congresso Nacional	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional..
A Resolução de nº 4, de 13 de julho de 2010	CNE. SEB	Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
A Resolução de nº 5, de 17 de dezembro de 2009	CNE. SEB	Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
O Parecer do CNE/CEB Nº. 20/2009	CNE.	Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
PL nº 8.035/2010. Projeto de Lei em tramitação	Congresso Nacional – Câmara dos deputados- Comissão de Educação e Cultura	Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências..

Fonte: FLORES; RODRIGUES, 2014.

Quadro 2 - Documentos orientadores Nacionais:

DOCUMENTO	AUTORIA/ORIGEM	ASSUNTO
Política nacional para a educação infantil: pelo direito das crianças de 0 a 6 anos à Educação, 2006.	MEC/SEB/COEDI	Política nacional para a educação infantil: pelo direito das crianças de 0 a 6 anos à Educação.
Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. 1995. Reeditado em 2009.	MEC/SEF/COEDI	Critérios relativos à organização e ao funcionamento interno das creches, que dizem respeito principalmente as práticas concretas adotadas no trabalho direto com as crianças e critérios relativos à definição de diretrizes e normas políticas, programas e sistemas de financiamento de creches, tanto governamentais como não governamentais.
Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento_ Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010: - Os Resultados da Avaliação de Propostas Curriculares para a Educação Infantil dos Municípios Brasileiros_Maria Carmen Silveira Barbosa (pesquisa). 1- O Currículo na Educação Infantil: O que Propõem as Novas Diretrizes Nacionais?_ Zilma Moraes Ramos de Oliveira. 2- Especificidades da Ação Pedagógica com os Bebês_ Maria Carmen Barbosa. 3- Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil_ Tizuko Morchida Kishimoto. 4- Relações entre Crianças e Adultos na Educação Infantil_ Iza Rodrigues da Luz. 5- Saúde e Bem-estar das Crianças: Uma meta para Educadores Infantis em Parceria com Familiares e Profissionais de Saúde_ Damaris Gomes Maranhão. 6 - Múltiplas Linguagens de Meninos e Meninas e a Educação Infantil_ Márcia Gobbi. 7- A linguagem escrita e o Direito à Educação na	MEC/SEB: Programa Currículo em Movimento	Relatórios - Programa Currículo em Movimento.

<p>Primeira Infância_ Mônica correia Batista.</p> <p>8- As Crianças e o Conhecimento Matemático: Experiências de Exploração e Ampliação de Conceitos e Relações Matemáticas_ Priscila Monteiro.</p> <p>9- Crianças da Natureza_ Léa Tiriba.</p> <p>10- Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo_ Ana Paula Soares da Silva e Jaqueline Pasuch.</p> <p>11- Avaliação e Transições na Educação Infantil_ Hilda Mincarello.</p>		
--	--	--

Fonte: FLORES; RODRIGUES, 2014.

Quadro 3 - Documentos normativos Municipais:

LEGISLAÇÃO	ORIGEM	NORMATIZAÇÃO
Resolução CME nº 04/2007, de 16 de agosto de 2007.	CME/NH	Estabelece normas para o credenciamento e autorização de funcionamento de Instituições de Educação Infantil, de Novo Hamburgo.
Parecer CME nº 20/2007, de 13 de dezembro de 2007.	CME/NH	Estabelece condições para a oferta da Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino, de Novo Hamburgo.
Resolução CME nº 03/2007, de 16 de agosto de 2007.	CME/NH	Institui o Cadastro de Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino de Educação Infantil de iniciativa privada, de Novo Hamburgo.
Resolução CME nº 05/2009, de 17 de novembro de 2009.	CME/NH	Orienta a elaboração de Regimentos Escolares para Estabelecimentos de Educação Infantil, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Novo Hamburgo.

Fonte: FLORES; RODRIGUES, 2014.

Quadro 4 - Documentos orientadores Municipais:

DOCUMENTOS	ORIGEM	ASSUNTO
“Construindo juntos uma educação de qualidade”. 1ª Conferência Municipal de Educação. Princípios e Diretrizes - Documento Final. 2011.	Novo Hamburgo. Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SMED.	1ª Conferência Municipal de Educação. Princípios e Diretrizes - Documento Final.
Diretrizes Pedagógicas e Planos de Estudos. Edição revisada em 2005.	Novo Hamburgo. Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SMED.	Orienta a elaboração de Diretrizes Pedagógicas e Planos de Estudos.

Fonte: FLORES; RODRIGUES, 2014.

Neste estudo, a intenção não é mostrar os dados brutos conforme foram sistematizados no desenvolvimento da pesquisa, mas apresentá-los de forma geral fazendo-lhes referência, ou seja, evidenciar as suas respectivas relações, bem como as trajetórias singulares, pois o número de documentos nacionais que normatizam e orientam a EI é superior aos municipais. Conforme Barbosa (2010), os documentos Municipais, de modo geral⁹, revelam as especificidades da caminhada dos SME.

3.1 Caminhada da RME/NH no sentido de Implementação das atuais DCNEI/2009 no período de 2009/2013

Quanto ao campo de pesquisa, o Município de Novo Hamburgo é considerado uma cidade industrial, com indústrias de couro e de seus artefatos, conhecida como “Capital Nacional dos Calçados”. A cidade faz divisa com Campo Bom e também faz parte da região metropolitana de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Possui 238.940 habitantes (censo de 2010), sendo 25.645 alunos matriculados na Rede Municipal, nas 76 Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Dessas, 27 são Escolas Municipais de EI (EMEI) com 2837 crianças matriculadas (censo de 2011).

Nesse contexto, os objetivos gerais que orientam o planejamento e a execução do trabalho da Rede Municipal de Ensino, conforme a SMED/NH (2012) são: a democratização do acesso e a permanência na escola com efetiva aprendizagem; a democratização da gestão escolar; a democratização do conhecimento para o sucesso escolar dos alunos; a valorização e qualificação dos profissionais das escolas. O município vem atuando na área da Educação de forma positiva devido à retomada do desenvolvimento e ao aumento de recursos que o

⁹ Fonte em pesquisas realizadas em diferentes Municípios e diversos Estados brasileiros.

Brasil vem destinando à Educação de forma geral, dado o aumento das oportunidades e a organização para a captação de recursos, como, por exemplo, para a construção de doze novas escolas de EI, que representam um aumento de 57,1% na quantidade de escolas de EI do Município e o aumento de 52% no número de vagas para crianças de 0 a 5 anos.

Neste sentido, diferentes ações estão sendo realizadas a fim de qualificar a Educação no Município devido à construção de estratégias como os programas firmados em convênios com o Governo Federal (Mais Educação, Segundo Tempo, Esporte e Lazer na Cidade – PELC) e com instituições comunitárias, tais como clubes esportivos e de serviço, associações de moradores, igrejas, Centro de Tradições Gaúchas (CTGs), escolas de samba, universidades e escolas particulares.

O conceito de democracia participativa está expresso nos documentos municipais e se revela na busca constante pela participação das comunidades na elaboração e no controle social de execução das políticas públicas. Sendo que, o orçamento participativo e as conferências municipais realizadas em todas as áreas do SME/NH são exemplos dos grandes movimentos que buscam a participação dos cidadãos.

Outra ação que expressa o compromisso da administração desta Secretaria com a gestão democrática em Educação é à implantação da Eleição Direta para Diretor de Escola desde 2009 e atualmente encaminhando-se para a terceira eleição, cujo projeto de lei¹⁰ (considerado a primeira medida desse compromisso) foi elaborado com a participação de mais de 11 mil pessoas das comunidades escolares. A maior mobilização comunitária em prol da Educação já acontecida na história de Novo Hamburgo e apontada como a terceira grande medida do compromisso firmado foi a 1ª Conferência Municipal de Educação, realizada em três etapas: assembleias em todas as Escolas nas quatro etapas regionais e na etapa municipal com a participação de delegados eleitos nas escolas, representando os segmentos de professores, alunos, pais e funcionários. Esses processos de debates teóricos e práticos tiveram a duração de dois anos, em que a Rede avaliou a sua trajetória e estabeleceu os Princípios e Diretrizes para orientar a EB no período de 10 anos. A 1ª Conferência Municipal lançou o desafio às Escolas de construir

¹⁰ O projeto de Lei foi aprovado pela Câmara de Vereadores no dia 15/09/2009, transformando-se na Lei Municipal nº 2 015/2009 que definiu regras para as eleições de diretores e vice-diretores das escolas públicas.

seus currículos de forma a caracterizarem propostas pedagógicas abertas voltadas ao desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao convívio social, ao protagonismo e autonomia, ao senso crítico, aos sujeitos cientes de seus direitos e deveres e que, em seu caráter, esteja expresso o respeito às diferenças físicas, étnicas, sociais, culturais e de gênero.

Paralelo às normativas Nacionais e Municipais, a SMED/NH através do Programa de Formação Continuada tem ofertado aos profissionais da Educação, efetivas ações no sentido de qualificar o ensino, tendo como foco as aprendizagens das crianças, considerando os aspectos de desenvolvimento, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e, ainda, contribuir para a evolução funcional desses profissionais na área.

Desde 2009, houve um aumento significativo da oferta das formações, passando de 1.100 horas no ano de 2008 para 1.517 horas no ano de 2009, elevando-se para 2.195 horas no ano de 2010 e aumentando no ano de 2011 para 2.334 horas. Já no ano de 2012 foram realizadas 2.343 horas, sendo que no ano de 2013 o Programa de Formação Continuada eleva a oferta das formações para os profissionais de educação da Rede para 2.605 horas.

A formação continuada é composta por diversas modalidades que são entendidas como os diferentes tipos de propostas de ampliação do conhecimento profissional, tais como: grupo de formação contínua com convênios externos (Fundação Liberato, INTEL, UNISINOS, UFRGS, FEEVALE, IENH, Instituto Avisa Lá, Comitê Sinos/Consórcio Pró-Sinos, Instituto Yamaha, Jornal NH, demais Secretarias) programas oficiais de formação do MEC (Plataforma Freire, Proinfo, Gestar, Pró-Letramento, Escola Ativa), grupo de estudos, cursos, assessoria e acompanhamento pedagógico (equipes pedagógicas da SMED), grandes eventos (cursos, seminários, fóruns, encontros, palestras), dispositivos de autoformação, entre outros. Contamos, também com um Pólo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que oferece formação inicial e continuada aos professores da Rede, totalizando seis cursos em nível de Graduação e quatro de Pós-Graduação – Especialização (SMED/NH, Org. ROCHA. p.16, 2012).

A trajetória da Rede, bem como suas concepções são evidenciadas também através da assessoria dada aos professores e do apoio à inclusão com uma política de Educação Inclusiva que desencadeia suas ações numa composição interdisciplinar e intersetorial, articulada em rede, com encaminhamentos das crianças ao Núcleo de Apoio Pedagógico/ NAP¹¹, bem como grupos

¹¹ Participação de profissionais de diversas áreas de formação: Arteterapia, Fonoaudiologia, Pedagogia, Psicopedagoga e Psicomotricidade.

interdisciplinares que visitam as escolas constituindo uma equipe de trabalho composta de um assessor da Secretaria de Educação, um professor da Sala de Recursos Multifuncional, um professor e o apoio à inclusão da turma e, se necessário, outros profissionais da Rede de Atendimento.

Na caminhada da Rede, ainda se destacam eventos, como o Seminário de Educação Não Violenta, o Fórum Municipal de Educação, o 11º Fórum de Educação e 7ª Mostra Multicultural, as duas edições de concurso público realizadas no período analisado, o apoio em hora atividade com relação ao planejamento pedagógico e à realização de planejamento específico com avaliação diferenciada para os alunos com necessidades educacionais especiais. Essas e demais ações expressam com clareza referências indicadores da busca pela qualificação da EI, também através da formação dos profissionais, do planejamento do Sistema e da ampliação das vagas na EI.

No ano de 2010, frequentaram as unidades de EI no Município, 2004 crianças, ano em que foi ofertado a todas as pessoas que exerceram cargos de direção (diretores das escolas) um curso de aperfeiçoamento. Houve também as nomeações de 220 professores através de concurso público. No princípio do ano letivo, na tradicional Aula Inaugural, com a presença de todos os professores da Rede, foram realizadas reflexões a respeito da “Gestão Democrática e Participação da Comunidade na Escola”, com a participação do professor e doutor da Universidade de São Paulo (USP), Vitor Henrique Paro. Na sequência, segue quadro com a representação da trajetória do Município referente às ações realizadas neste ano, identificadas nas fontes dos dados:

Quadro 5 – Ações realizadas pelo Município de NH/ ano de 2010:

EVENTO/FORMAÇÃO/AÇÃO	OBJETIVO DO SME/NH
Cerca de 2,4 mil estudantes passam a frequentar as unidades educacionais de EI.	Ampliação de vagas.
Diretores das escolas municipais participam de curso de aperfeiçoamento.	Qualificação.
Convocação de 220 professores aprovados nos concursos públicos para os cargos de professores e bibliotecários.	Criação de 200 vagas na Educação Infantil.
Aula Inaugural. Participação do professor e doutor da Universidade de São Paulo (USP), Vitor Henrique Paro.	Tema “Gestão Democrática e Participação da Comunidade na Escola”.
Programa de saúde preventiva é apresentado para professores do Município.	Saúde dos profissionais.
Cursos de graduação em Pedagogia, Matemática e Letras- Espanhol da Universidade Aberta do Brasil	Qualificação.

(UAB) de Novo Hamburgo.	
Plenárias regionais que integram o cronograma de ações da Conferência Municipal de Educação, realizada pela Secretaria de Educação e Desporto (SMED) de Novo Hamburgo.	Uma das metas dessa conferência foi a construção coletiva de um Plano Estratégico para a Educação. Diversos temas como a inclusão social, princípios de convivência, currículo escolar, educação ambiental, sustentabilidade, gestão democrática e avaliação foram abordados.
Escolas reinventam brincadeiras no Dia Internacional do Brincar.	Qualificação.
Escola Municipal de Educação Infantil recebe laboratório de informática.	Qualificação.
Programa de Educação em Informática, da Secretaria de Educação e Desporto (SMED) de Novo Hamburgo.	O CEPIC tem o propósito de aperfeiçoar a formação continuada de professores.
Oficina sobre construção de blogs	Proporcionar conhecimento para manusear a ferramenta na internet e transformá-la em apoio pedagógico para as aulas.
Novas escolas de Educação Infantil, 480 novas vagas na Educação Infantil.	“O papel da Prefeitura é zelar pela proteção à infância e as escolas possuem essa função” (CARABAJAL, 2010). “A construção é um avanço importante no fortalecimento da Educação Infantil e também garante a redução do déficit de vagas no Município” (TARCÍSIO, 2010).
10º Fórum de Educação discute a qualidade do ensino da Rede Municipal.	Formação e qualificação.
Seminário debateu Mídia e Educação nas escolas.	Formação e qualificação.
Plenárias Escolares em cada uma das 76 instituições de Ensino do Município reúne a comunidade escolar.	Discutir as ações propostas por cada escola.

Fonte: FLORES; RODRIGUES, 2014, conforme Site de Notícias disponível em: <http://an.novohamburgo.rs.gov.br/modules/noticias/index.php?storytopic=32>. Acessado em: Jan. 2014.

No ano de 2011, a Aula Inaugural trouxe como palestrante o atual Secretário da Educação do Estado, José Clóvis de Azevedo, que falou sobre a “Qualidade social da Educação: um compromisso com a aprendizagem”. “Educação não é privilégio, é direito de todo cidadão”. Segundo o Secretário (informação verbal, 2011) “as crianças que estão na escola pública, não estão por favor de ninguém, estão pelo direito de aprender”. Na sequência das ações, os profissionais da Educação realizaram a tradicional Pesquisa Socioantropológica que revelou detalhes da comunidade de cada Escola com o objetivo de colher informações daquelas no sentido de direcionar ações focadas nas necessidades de cada região. Segue quadro das ações registradas no período de 2011:

Quadro 6 – Ações realizadas pelo Município de NH/ ano de 2011:

EVENTO/FORMAÇÃO/AÇÃO	OBJETIVO DO SME/NH
Seminário sobre Escola Sustentável.	Escola Ecológica e Sustentável.
Reunião sobre Educação Infantil em encontro que reuniu representantes das secretarias e dos conselhos municipais de Educação da Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos (AMVRS) em São Leopoldo. Presidente regional da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o titular da SMED, Alberto Carabajal, foi um dos debatedores na reunião que contou com a presença da coordenadora geral da Educação Infantil do Ministério da Educação (MEC), Rita Coelho.	Foram discutidas questões referentes à implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância). A partir do ProInfância, quatro Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) foram construídas em Novo Hamburgo a previsão para mais outras sete EMEI em 2012.
Rumos da educação são debatidos pela comunidade. A 1ª Conferência Municipal de Educação reuniu no Centro de Eventos da Fenac pais, alunos, professores e demais funcionários da rede municipal de ensino.	A Conferência resultou no início da elaboração do Plano Estratégico de Educação, documento que definirá os rumos da educação para os próximos dez anos no Município.
Educadores participam de curso de Educação Ambiental. Cerca de 130 coordenadores e diretores da Rede.	Educação Ambiental e Sustentabilidade com o professor Rualdo Menegat, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Palestra sobre políticas públicas encerra curso de sustentabilidade com a participação de cerca de 130 educadores.	“Uma nova escola para novos tempos: o Diretor/Coordenador e a Sustentabilidade na Escola”.
Fórum de Educação reúne 1,5 mil professores da Rede Municipal de Ensino.	O fórum tem como objetivo repensar a Educação na cidade.
Conferência definiu futuro da Educação em Novo Hamburgo.	Traçar novas metas para o desenvolvimento e o futuro da Educação. Assim foi o desfecho da Conferência Municipal da Educação de Novo Hamburgo.
Parceria busca melhorias na Educação. Em reunião o prefeito Tarcísio Zimmermann e o secretário Estadual de Educação, José Clóvis de Azevedo, acompanhados do deputado estadual Luis Lauermann, os representantes dos Executivos Estadual e Municipal começaram a traçar estratégias para obter soluções para as duas Redes de Ensino em Novo Hamburgo.	Processo em busca de melhorias para a Educação.
Prefeitura capacita novos diretores de escolas.	Processo de qualificação para assumirem o cargo.
Abertura de concurso público para 95 vagas na área da Educação em níveis médio, superior e técnico.	Planejamento, ampliação das vagas e qualificação.
Laboratório de estudos e práticas em psicomotricidade relacional.	Educação sócio-afetiva, inter-relações, interações, práticas sociais, materialidades.
Vivências corporais.	Educação para os sentidos.
Além dos números.	Práticas cotidianas, espaços, conceitos matemáticos através das práticas cotidianas.
Musicalização através da flauta doce- sopro novo. (encontros durante todo o ano).	Educação para os sentidos, múltiplas linguagens, ludicidade.
A temática da diversidade sexual na história e nas práticas pedagógicas cotidianas.	Questões de gênero.
Oficina de contadores de histórias.	Cultura literária, recursos e instrumentalização.
Práticas e perspectivas na educação dos surdos.	Educação inclusiva, práticas pedagógicas.
Laboratório teórico e prático de Educação ambiental.	Educação ambiental.
Pró-letramento- linguagem.	Práticas cotidianas e pedagógicas, desenvolvimento da oralidade/avaliação,

	linguagens, organização dos tempos e planejamentos.
Encontro de formações de coordenadores pedagógicos.	Formação.
Além das letras.	Eventos de letramento, práticas cotidianas e pedagógicas.
Curso para professores da pré-escola.	Cultura escrita.
Encontro dos bibliotecários.	Práticas e projetos educacionais através da literatura.
Simpósio de EI.	Educação Infantil.
Seminário de educação não violenta.	Práticas sociais.
Oficina de educação inclusiva.	Educação inclusiva.
Curso de cuidados na primeira infância.	Especificidades e práticas cotidianas nesta etapa de desenvolvimento infantil.
Formar em REDE.	Formação das equipes diretivas.
Metodologia da pesquisa.	Metodologia.
Elaboração/exploração de objetos de aprendizagens (cinco encontros).	Materialidades, aprendizagens, recursos, instrumentalização.
Seminário de EI.	EI.

Fonte: FLORES; RODRIGUES, 2014. Conforme site de Notícias disponível em: <http://an.novohamburgo.rs.gov.br/modules/noticias/index.php?storytopic=32>. Acessado em: Jan. 2014.

O ano de 2012 foi marcado pelo incremento de 2.340 vagas, aumento de 48% no número de crianças atendidas na Educação Infantil no Município, que atualmente é de 4,8 mil¹² com a construção de 12 novas escolas. Neste ano a tradicional Aula Inaugural no Município contou com a Palestra do professor Celso Vasconcellos sob o título “A Avaliação da Aprendizagem: práticas de mudanças”. Vasconcellos abordou aspectos históricos da educação e a mudança nos processos de avaliação desenvolvidos e aplicados nas Escolas. Conforme este estudo segue o quadro das ações realizadas nesta trajetória pelo Município neste ano:

Quadro 7 – Ações realizadas pelo Município de NH/ ano de 2012:

EVENTO/FORMAÇÃO/AÇÃO	OBJETIVO DO SME/NH
Curso de coordenadores pedagógicos.	Formação.
Encontro de educação ambiental.	Programa Coletivo educador.
Pesquisa Socioantropológica de 2012.	Planejamento e qualificação.
Projetos encontros Literários.	Aprendizagens no contexto das bibliotecas.
Formação de profissionais de apoio a inclusão.	Inclusão e diversidade.
Musicalização através da Flauta Doce. Durante um ano, 25 professores da Rede Municipal de Ensino participaram da atividade desenvolvida no Atelier Livre Municipal em parceria com a Yamaha do Brasil.	Formação e qualificação.

¹² Conforme dados disponíveis no site: <http://an.novohamburgo.rs.gov.br/modules/noticias/index.php?storytopic=32>. Acessado em: Jan. 2014.

Cursos de formação continuada no O Atelier. (Escola de artes mantida pela Prefeitura, a partir da SMED).	Formação e qualificação.
Professores aprendem noções de Primeiros Socorros.	Capacitar professores das escolas municipais de Educação Infantil de Novo Hamburgo para lidar com crianças em situações de emergência.
Curso de metodologia científica.	Metodologias na educação.
1. Encontros de estudos e práticas em psicomotricidade relacional. 2. Tecnologias na educação, ensinando e aprendendo com as TIC's. (encontros o ano todo).	1. Práticas, materialidades, integralidade, tempos e espaços, recursos. 2. Aprendizagens, recursos, instrumentalização.
Violão para fruir, contextualizar e vivenciar na escola.	Educação através dos sentidos, instrumentalização, linguagens.
1. Musicalização através da flauta doce- sopro novo (encontros durante todo o ano). 2. Encontro de agentes ambientais.	1. Educação através dos sentidos, instrumentalização, linguagens. 2. Educação para a sustentabilidade, natureza.
Projeto encontro literário.	Cultura, literatura, aprendizagens.
Formação além dos números.	Aprendizagens, conceitos matemáticos, práticas pedagógicas.
Laboratório teórico e prático de Educação ambiental na EI.	Educação para a sustentabilidade e natureza, práticas.
Prefeitura e Estado assinam Protocolo de Intenções. O documento estabelece parcerias.	Qualificação do ambiente educacional, a recuperação física dos espaços escolares e a modernização tecnológica de entidades de ensino.
Formação sobre turmas integradas.	Interfaces, inter-relações, integrações, práticas cotidianas e práticas pedagógicas.
Reunião do Coletivo educador. (mensal)	Coletivo educador.
1.O teatro na EI. 2. A linguagem artística da dança no contexto escolar. 3. Processos criativos em artes visuais. 4. Regência de coro infantil e infanto-juvenil.	Múltiplas linguagens, aprendizagens...
Grupos operativos com professores do berçário.	Identidade e especificidades das fases de desenvolvimento.
Novo Portal da Educação.	Visibilidade de conteúdos específicos como notícias, informações sobre as Escolas Municipais e ações pedagógicas da SMED, além de projetos e programas desenvolvidos.
Formação dos profissionais de apoio à inclusão.	Inclusão e diversidade.
Encontro com as coordenadoras pedagógicas.	Formação.
12ª edição do Fórum Municipal da Educação.	Questões que envolvem o ambiente escolar, para proporcionar aos educadores uma maior interação e troca experiências.
A 13ª edição do Seminário Internacional de Educação (SIE) com a presença do reitor da Universidade de Lisboa António Nóvoa.	O tema deste ano é "Escola: espaço de sociabilidade e cultura de paz".
Estudantes apresentam trabalhos na Mostra Multicultural.	Formação e qualificação.
Formação além das letras.	Aprendizagens, espaços, materialidades, eventos de letramento.
Formação de diretores. Gestão financeira.	Gestão.
1. Grupo de desenvolvimento de objetos de aprendizagens. (6 encontros)	1. Aprendizagens, materialidades.
Agentes ambientais.	Educação ambiental, aprendizagens, vivências, práticas sociais e pedagógicas.

Encontro de coordenadoras pedagógicas.	Formação.
Avaliação de objetos de aprendizagens e elaboração com hot potatoes (6 encontros)	Aprendizagens, instrumentalização, materialidades, recursos pedagógicos.
Encontro com os professores dos bebês.	Identidade da EI, fases de desenvolvimento, especificidades, práticas cotidianas, práticas pedagógicas.
Encontro de equipes diretivas das EMEI e coordenadores pedagógicos das EMEF.	Transição.
Curso de professores das turmas de pré-escola.	Especificidades da educação de crianças nesta faixa etária. Transição.
II encontro Estadual da Educação Ambiental e III Encontro Sul Brasileiro de Agenda 21.	Coletivo educador.
Ciclo de palestras.	Discurso de professores- Ana Rita bandeira Marchetam- UFSM.
Cursos do programa CEPIC	Informática.
África e Afro descendentes: Qual história? Qual ensino?	Diversidade, pluralidade, identidades, cultura.

Fonte: FLORES; RODRIGUES, 2014. Conforme site de Notícias disponível em: <http://an.novohamburgo.rs.gov.br/modules/noticias/index.php?storytopic=32>. Acessado em: Jan. 2014.

As ações referentes ao ano letivo de 2013 iniciaram-se com os profissionais da Educação da Rede realizando a Pesquisa Socioantropológica com 6,5 mil famílias. Foram feitas entrevistas com os familiares das crianças matriculadas, cujos dados embasam diferentes ações nas Escolas, como, por exemplo, os planejamentos das propostas curriculares conforme especificidades das respectivas comunidades e as revisões dos PPP.

É possível observar entre as características do Programa de Formação Continuada ofertado aos professores, que as temáticas das formações se repetem a cada ano. Conforme entrevista realizada nesta pesquisa, o objetivo é atingir o máximo de profissionais possíveis, pois, “[...] nós temos mais ou menos 40% de pessoas que estão começando agora, e a rede está neste processo grande de transição desses profissionais” (informação verbal), em função dos concursos realizados e adaptação dos professores às Escolas. Segue quadro das formações ofertadas no ano de 2013:

Quadro 8 – Ações realizadas pelo Município de NH/ ano de 2013:

EVENTO/FORMAÇÃO/AÇÃO	OBJETIVO DO SME/NH
Sopro Novo capacita professores em Música.	Qualificação.
As práticas na EI na perspectiva do brincar, do letramento e da alfabetização.	Práticas pedagógicas, conceitos do brincar, letramento e alfabetização, espaços e ambientes, identidade da EI.
2ª Conferência Nacional de Educação (CONAE).	Qualificação e planejamento.
Curso de especialização em “Informática Instrumental para Professores da Educação Básica” promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no 43º Polo da Universidade Aberta	Qualificação.

do Brasil de Novo Hamburgo (UAB/BH).	
Município firma convênio com Intel e garante formação de professores. O convênio garantirá aos professores da RME/NH cursos de formação na área da tecnologia ministrados por profissionais da Intel.	Qualificação.
Professores passam por capacitação sobre a arte. O curso foi promovido pela Bienal do MERCOSUL a partir do Programa Marés.	Desenvolver processos educacionais e artísticos.
Quatro novas escolas ampliam o número de vagas na Educação Infantil em Novo Hamburgo.	Ampliação de vagas.
Universidade Aberta forma primeira turma de graduação em Novo Hamburgo.	Qualificação.
1. Violão para fruir, contextualizar e vivenciar na Escola. 2. A natureza do material, história do papel e papel no mundo contemporâneo.	1. Vivências, linguagens, ludicidade, educação para a sensibilidade. 2. Materialidades, experiências, sustentabilidade.
Formação de professores da pré-escola.	Identidade da EI, especificidades, qualidade.
1. EI e as TIC's (8 encontros) 2. Formação Coletivo educador. 3. Musicalização através da flauta doce "Sopro Novo".	1. Identidade da EI, recursos, instrumentalização (TIC's). 2. Sustentabilidade, intercetorialidade, interfaces, práticas cotidianas e práticas sociais. 3. Linguagens, sensibilidade, integralidade.
Grupo de estudos para o desenvolvimento de objetos de aprendizagens (10 encontros).	Materialidades, instrumentalização, qualificação, aprendizagens.
1. violão para fruir, contextualizar e vivenciar na escola. 2. Formação de apoio a inclusão.	1. Vivências, linguagens, sensibilidade, ludicidade. 2. Inclusão, diversidade.
Seminário de psicomotricidade relacional.	Desenvolvimento integral da criança, interações, relações, tempos e espaços, materialidades.
2ª Mostra de Curtas Metragens – Curta Inclusão e Diversidade.	Qualificação.
Formação Pro - infância 2013/UFRGS	Formação e qualificação.
Formação de agentes ambientais do Coletivo Educador.	Educação para a sustentabilidade e cuidados com o meio ambiente.
Oficinas sobre a cultura de Paz.	Educação para a não violência.
Grupos de estudos sobre a EI e as TICs. (7 encontros).	Tecnologias como recursos pedagógicos na EI.
Encontro com professores de bebês.	As especificidades do trabalho com os bebês.
Simpósio de EI.	
Formação em psicomotricidade relacional.	Psicomotricidade.
Grupos de estudos para a elaboração dos princípios e diretrizes para a construção dos planos de estudos para a EI do SMENH.	Estudos sobre o currículo da EI da Rede.
Formação de professores da EI.	Práticas cotidianas na EI.
Formação de professores de pré-escola.	Transição.
Participação da Rede no Projeto de assessoramento técnico e pedagógico do Programa Pró-Infância a um grupo de Municípios do R/S. MEC / UFRGS – Subação: Fortalecimento de Políticas Municipais para a EI/ RS (NH integra o pólo de nº 9- SL)	Curso do Proinfância para os diretores, professores, funcionários e estagiários das EMEIS (Escolas Municipais de Educação Infantil)

Fonte: FLORES; RODRIGUES, 2014. Conforme site de Notícias disponível em: <http://an.novohamburgo.rs.gov.br/modules/noticias/index.php?storytopic=32>. Acessado em: Jan. 2014.

Do ponto de vista das pessoas que exerceram cargo de Gestão na EI no período analisado, o acolhimento e os movimentos de divulgação quanto às atuais DCNEI/2009 por parte das equipes dos profissionais da SMED na ocasião em que o documento foi publicado, deram-se inicialmente por meio de formações, como o Fórum Gaúcho de Educação (2009), em que, segundo dados da entrevista, a equipe da SMED assistiu à apresentação do relatório da origem das Diretrizes, as pesquisas que antecederam o documento e, através destas reuniões, foram realizadas formações com os profissionais da Rede:

Trouxemos profissionais da UFRGS para falar das Diretrizes no Simpósio de EI, como por exemplo (Gerente da EI/NH, 2009/2013).

Foi impresso o documento, construído um grupo de estudos com a equipe da EI e algumas pedagogas do ensino fundamental que quiseram participar fora do horário. O documento virou referência para todas as ações da SMED (Gerente da EI/NH, 2009/2013). Foi solicitado ainda que todas as coordenadoras fizessem a leitura do documento, assim como o da Resolução de nº 5 e as “Práticas Cotidianas na Educação Infantil – Bases para Reflexão sobre as Orientações Curriculares” (BARBOSA, 2009). Porém, apesar de ter sido solicitado estas leituras, não foram realizadas pela maioria dos profissionais das Escolas, na época.

Sendo assim, as atuais DCNEI são referência na Rede Municipal de NH (RME) desde 2010:

Naquele momento, a equipe de assessoria da Educação Infantil da SMED tomou contato com o relatório *Práticas Cotidianas na Educação Infantil - bases para a reflexão sobre as orientações curriculares* e com o texto do Parecer CNE nº 20/2009 e da Resolução CNE nº 5/2009, que fixam as DCNEI. Imediatamente o texto das DCNEI passaram a ser referência para o trabalho de assessoria, pois todas as assessoras da equipe de Educação Infantil da SMED conhecem, lêem, estudam e discutem as DCNEI e utilizam o documento para fundamentar as ações de assessoria e formação continuada que realizam. (Atual Gerente da EI/NH, 2013)¹³.

Desde 2010, as Diretrizes também são divulgadas e usadas como material de estudo em reuniões que envolvem toda a equipe pedagógica da SMED (equipes de Educação Infantil e Ensino Fundamental). Atualmente, continua sendo a principal

¹³ Questionário respondido pela atual gerente da EI. **Questionário**. [fev. 2014]. Pesquisador: Elisângela Martins Rodrigues. Novo Hamburgo, 2014. 1 arquivo .Word (10 questões).

referência para a atuação da equipe de assessoras da Secretaria que, desde junho/2013, é composta por gerente (professoras pedagogas e assessoras das 4 regiões de escolas), bióloga - assessora de Educação Ambiental e Sustentabilidade, educadora física - assessora de Psicomotricidade Relacional e Brincar e a professora que responde pelo setor de Regularização das escolas de EI da RME e da rede privada da cidade.

Quanto à criação e organização de programas para a divulgação, reconhecimento e discussão das DCNEI/2009 por parte da SMED para a Rede da EI, sobre como se deram os processos organizacionais para este fim e os programas de formações para os profissionais, observa-se que se efetivaram na Rede desde o início do ano de 2010 através do Programa “Formar em Rede”. Portanto, todas as formações passaram a fazer referência às DCNEI/2009, todas as temáticas e leituras das reuniões passaram a ter base nas Diretrizes e percebeu-se que os conceitos expressos no documento deveriam ser temas de reflexões e estudos, pois, apesar de serem lidos os textos, os profissionais demonstraram possuir muitas dúvidas com relação às novas concepções. Confira neste trecho da entrevista realizada:

[...] eu percebi e as pessoas diziam pra mim que eu tinha que explicar os conceitos, que as pessoas não sabiam sobre o que nós estávamos falando. Nós estávamos falando dos conceitos trazidos pelas diretrizes quando as pessoas não sabiam o que eram estes conceitos. Ex: Falávamos sobre letramento, e as pessoas não sabiam o que era letramento. Mas, não bastava apenas ler estes conceitos, as pessoas precisavam compreender as concepções, faltavam às vivências. (Atual Gerente da EI/NH, 2013).

Desde o início de 2010, as DCNEI foram divulgadas entre os profissionais da EI, principalmente por meio do Programa de formação Continuada e pelas próprias instituições escolares:

Nas formações oferecidas, a escolha das temáticas, dos textos e demais materiais utilizados, as reflexões e debates são orientados pelas DCNEI, que são consideradas por nós, constituindo-se assim, o texto base para as reflexões sobre o currículo da EI (Atual Gerente da EI/NH, 2013).

Cada escola foi orientada pela assessoria a ter cópias físicas dos documentos citados, quando eles apenas estavam disponíveis em PDF. Cada escola reproduziu

cópias desses documentos para ficarem disponíveis e acessíveis aos professores, para serem utilizados nas reuniões pedagógicas também das escolas, utilizados como principal referência na revisão dos PPP de cada unidade, nos planejamentos dos professores, na atuação da coordenação pedagógica, apoiando e orientando, assim, o trabalho desenvolvido pelos professores. Dessa forma, todas essas ações são acompanhadas e orientadas pela assessoria da equipe de EI da SMED (Atual Gerente da EI/NH, 2013).

Quanto ao acolhimento das atuais DCNEI (2009) e quanto à adesão dos profissionais das Escolas de EI nos processos formativos, conforme a entrevista, (Gerente da EI/NH, 2009/2013) o documento não poderia ser instituído, a SMED não desejou instituir um texto, mas uma prática e considerou muito importante que esta prática não fosse descolada da teoria:

Não era importante que tivéssemos um grupo muito crítico com relação aos conceitos e, no entanto, fraquinho nas suas experimentações e iniciativas para fazer as coisas diferentes e ousar experimentar... (Gerente da EI/NH, 2009/2013).

Através das formações, as professoras começaram a ver e a fazer através das vivências:

Naquelas experiências de fazer na prática e compartilhar experiências coletivas, muita gente teve que se superar. Agente induziu uma prática. (Gerente da EI/NH, 2009/2013).

Segundo observações quanto à recepção das DCNEI, as escolas são muito receptivas a todo o processo de formação e receberam muito bem a proposta de estudar e utilizar o documento como referência para o planejamento do trabalho pedagógico (Atual Gerente da EI/NH, 2013).

As escolas possuem trajetórias, projetos, profissionais e realidades diferentes, mesmo sendo de uma mesma Rede, o que é muito positivo, já que cada escola possui sua identidade, no entanto, é fundamental que tenham também uma Identidade de Rede, uma unidade e um conceito de Escola da Infância:

Esse é o trabalho fundamental da assessoria, orientar e acompanhar cada escola para que desenvolva sua identidade pedagógica à luz das referências legais, teóricas e práticas da Rede como um todo (Atual Gerente da EI/NH, 2013).

Com a revisão das DCNEI, foi necessário divulgar e debater com as escolas o novo documento, dando continuidade e ampliando o programa de formação que já existia; foi muito bem recebido pelos profissionais e construídos os conhecimentos a partir das necessidades e realidades de cada escola.

Quanto aos âmbitos alcançados, departamentos, setores, áreas e envolvimento das comunidades escolares nos programas de apropriação do documento, de modo geral, os níveis de participação se deram a partir das experiências com as crianças com as práticas que eram efetivamente realizadas com elas, através de formações com as coordenadoras as diretoras e a conscientização, por exemplo, da importância de não se subestimar as crianças, submetendo-as a uma diminuição cultural (Gerente da EI/NH, 2009/2013).

Então, a partir das formações em que se começou a pensar e questionar as práticas, as escolas passaram, algumas, a se conscientizar do trabalho que deveriam fazer com as comunidades, no entanto, na rede, há algumas Escolas que já faziam trabalhos ótimos antes disso, segundo a Gerente da EI/NH, 2009/2013. A pesquisa sócioantropológica realizada é apontada aqui mais uma vez como instrumento importante de dados, cuja tradução desses, deveria ser mais visível à comunidade.

A seguir são indicadas outras ações realizadas no sentido de implementar as orientações curriculares Nacionais na Rede: seminários internos em cada escola (mensal); reunião de coordenadores pedagógicos e diretores de EMEI (mensal); encontros de professores de bebês e respectivos coordenadores pedagógicos (mensal); formação de professores que atuam no Projeto de Férias nas EMEI (início do ano); formação Cuidados na Primeira Infância com ênfase nos Primeiros Socorros (encontros por escola, no início do ano); encontros de professores de pré-escola e respectivos coordenadores pedagógicos, em parceria com a Gerência/assessoria do Ensino Fundamental (encontros bimestrais); formação de coordenadores pedagógicos de EMEI e EMEF em parceria com a Gerência/assessoria do Ensino Fundamental (mensal); formação em psicomotricidade relacional (bimestral) e formação em Educação Ambiental na EI (bimestral).

Conforme as referências dos dados, a formação continuada oferecida pela SMED é planejada a partir da realidade das escolas, a partir do que falam seus profissionais, pais, crianças e da leitura crítica que as assessoras fazem da

realidade de cada escola (Atual Gerente da EI/NH, 2013). São realizadas reuniões de pais nas escolas, reuniões com a Associação de Pais e Mestres das Escolas Municipais (APEMEM), festividades, promoções, saídas de estudos, palestras envolvendo a participação das famílias e Conselhos de Classe com a participação dos pais/responsáveis. Segundo informação escrita neste estudo:

[...] durante todo o ano de 2010, todos os segmentos das 76 escolas municipais realizaram as conferências escolares para debater os 6 eixos temáticos da Conferência Municipal de Educação que, no ano de 2011, foram debatidos em conferências regionais. no final de 2011, aconteceu a 1ª Conferência Municipal de Educação, onde foram apresentados, debatidos e aprovados os princípios e diretrizes para a Educação Municipal, entre eles vários princípios e diretrizes contemplando a especificidade da EI (informação escrita). Em 2012, todas as escolas municipais revisaram seus PPP em reuniões e encontros com pais/familiares/crianças, com assessoria e orientação da equipe da SMED os documentos norteadores de todo esse processo foram as DCNEI. (Atual Gerente da EI/NH, 2013).

Quanto à apropriação do documento, ainda há a falta de conhecimento, dúvidas, e até mesmo, concepções contrárias às Diretrizes nas Escolas pelos profissionais da Educação. Um dos fatores é o número elevado de transições e deslocamentos dos profissionais na Rede, pois, só no 2º semestre de 2013, 4 novas EMEI foram inauguradas, todas com grupos de professores novos. Muitas turmas de pré-escola novas foram criadas nas EMEF para atender à demanda de matrículas de crianças de 4 e 5 anos e com novos professores. Os novos professores não realizaram as formações. É possível dizer que existem caminhadas diferentes entre as escolas e entre os profissionais e que ainda há professores que não se apropriaram das DCNEI e que, por isso, desenvolvem práticas que não condizem com as orientações e concepções do documento (Atual Gerente da EI/NH, 2013).

De um âmbito geral, as perspectivas são positivas, acreditasse que se está no caminho certo, que as escolas expressam autonomia com relação à busca dos conhecimentos específicos na área:

Enquanto Secretaria, deve-se estimular e continuar com a leitura das Diretrizes, mas deve ser um estudo articulado com as práticas. O professor é um profissional cuidadoso, mas também deve ser corajoso... Deve ousar... Os professores têm que sonhar, as diretrizes são resultado de um sonho, mas não devem ser seguidas porque a SMED está solicitando. Ou as diretrizes são algo

em que o professor deve pensar que são possíveis... Ou não são. Pode ser que daqui a dez anos a gente possa pensar diferente, tem gente que já está pensando de forma contrária, mas não chegam a ter fundamentos... (Gerente da EI/NH, 2009/2013).

As DCNEI estão sendo referência também no processo de revisão das Diretrizes Pedagógicas e Plano de Estudos da RME/NH, processo de elaboração que teve início no 2º semestre de 2013 e terá continuidade em 2014. Os assessores das demais gerências ou departamentos da SMED (Departamento Psicossocial, Departamento de Formação Continuada, Gerência de Tecnologia, Gerência de Educação Inclusiva e Diversidade, Gerência de Ensino Fundamental, Gerência de Educação Ambiental e Sustentabilidade, Gerência de Gestão Democrática e Setor de Nutrição) também participam de reuniões internas na SMED em que o documento é sempre referenciado no trabalho da equipe de Educação Infantil.

Quanto à aplicação do Documento na Rede, os dados apontam possíveis dificuldades pelo fato de que este traz conceitos inovadores, como por exemplo, a concepção de espaço nas Escolas:

Às vezes as escolas não ficam tão bonitas quando se tem coragem de inovar, de buscar, de ir atrás destes conceitos novos, porém, possui coragem para sustentar uma posição (Gerente da EI/NH, 2009/2013).

É importante educar através de experiências em que as crianças participam das práticas e das ações pedagógicas, em relação às Diretrizes não adianta apenas lê-las, mas transformá-las em práticas, além da coragem para realizar inovações. Outro grande desafio apontado foi o planejamento das formações de forma que atinja a todos os profissionais, de modo a sensibilizar, ajudar a repensar e modificar práticas, assim como, a construção da identidade e importância da EI para as crianças, são metas continuamente buscadas na RME/NH.

Os dados também apontam alguns referenciais teóricos que estruturam as temáticas do programa de formações ofertado pela SMED/NH como: Emi Pickler, com uma abordagem muito humana, muito sensível; Maria Carmem Barbosa; Maria da Graça Horn e Janet Moyles, com boas fontes de leituras; Redim e a Marita, enfim, “tem muitas pessoas fazendo escritas muito importantes relacionadas às práticas da EI” (Gerente da EI/NH, 2009/2013).

Quanto às concepções de EI, a Rede demonstra estar em processo de construção de alguns conceitos. Desde 2010 vem estudando bastante algumas concepções. Sobre a concepção de criança, é apontado que algumas professoras pensam na criança como algo que precisa ser domesticado e que às vezes a Escola se coloca no lugar do conhecimento, sendo que a relação com as crianças e seus pais deve ser uma relação dialética (Gerente da EI/NH, 2009/2013). As crianças devem ser consideradas como sujeitos centrais da organização curricular, o que significa dizer que as escolas precisam ser pensadas para as crianças e com as crianças e as brincadeiras devem ser a atividade principal onde acontecem às interações, o pensar e a atribuição de sentidos ao mundo que as rodeia, assim como a construção da cultura (Atual Gerente da EI/NH, 2013).

Quanto à Educação Infantil, observa-se que a Rede expressa a seguinte concepção:

[...] educar e cuidar de maneira indissociável, crianças se desenvolvem e aprendem por meio da brincadeira e das relações e interações que podem estabelecer com o ambiente, com os materiais, com as pessoas. A educação infantil precisa oferecer uma diversidade de experiências e interações, liberdade para brincar e se expressar, ampliar repertórios e inserir na cultura mais elaborada por meio de experiências com as diversas linguagens. (Atual Gerente da EI/NH, 2013).

Observa-se também que rede vem se constituindo defensora de um conceito de infância que permita a criança viver junto com a natureza. Foram realizadas interferências junto às escolas para terem mais experiências junto à natureza, que possibilite a criança experimentar em meio a ela e ter uma educação através das vivências mais relacionadas aos aspectos da cultura do meio em que vivem. O conceito de Infâncias apresenta-se no plural:

As crianças vivem suas infâncias de maneiras diferentes, porque infância é uma ideia construída socialmente e culturalmente, marcada por questões culturais, sociais, econômicas, religiosas (Atual Gerente da EI/NH, 2013).

O conceito de currículo expresso na Rede é o mesmo das DCNEI/2009 como um conjunto de ações estruturado nas práticas cotidianas e sociais. Percebe-se a defesa de alguns aspectos de uma educação semelhante à Montessoriana, pois esta lembra práticas cotidianas vivenciadas pelas crianças no ambiente familiar,

onde se considera que toda a preparação para uma atividade já é a própria atividade e é possível que as crianças participem de todos os processos.

Existem atualmente nos diferentes setores da SMED, projetos e programas que envolvem a aplicação das DCNEI, trabalhos articulados a outras Secretarias em que o documento embasa as formações também nas escolas privadas, bem como demais documentos normativos e orientadores da EI expedidos pelo MEC (Gerente da EI/NH, 2009/2013).

3.2 Concepção de Educação Infantil

Para o MEC (2006), é fundamental que as Instituições de EI compreendam o seu papel e a função social de atender às necessidades das crianças nos espaços de socialização, de inter-relações entre seus iguais e seus diferentes, suas formas de pertencimento em uma dicotomia entre cuidar e educar, que oportunize a exploração do mundo, vivências e experiências novas e o acesso aos mais diferentes materiais como livros, brinquedos, jogos, utilizando-se da ludicidade como instrumento facilitador das inserções e as interações com o mundo. Nesse sentido, “Cuidar e educar [são] ações intrínsecas e de responsabilidade da família, professores e dos demais adultos que convivem com as crianças, pois todos têm de saber que só se cuida educando, e só se educa cuidando Didonet (2012).

A Escola, como espaço coletivo, caracteriza-se como grupo social fora do contexto familiar que se expressa dentro de um projeto de sociedade democrática idealizado pela CF/88 (art. 3º, inciso I), com compromissos, responsabilidades e co-autoria na construção de uma sociedade livre que prima pela justiça e solidariedade e que reconheça a sua identidade social comprometida com as questões ambientais. A CF/88 (art. 205º) diz que a Educação é direito de todas as crianças e atribui responsabilidades ao “[...] dever do Estado e da família, [sendo] promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já quanto à LDBEN/96, a sua mais importante contribuição para com a EI foi situá-la na EB (art.29): “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade”. Estabelece ainda as diretrizes educacionais nacionais e o atendimento em creche às

crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, às crianças de 4 a 6 anos, reafirmando a legitimidade da creche como instituição de EI, revelando assim uma concepção de 1ª etapa da EB e como sendo processo de formação humana. Este mesmo conceito é encontrado na resolução nº 4/2010, em seu Art.5, cuja Ementa define as diretrizes curriculares nacionais para a EB, assim como está definido no Parecer nº 20/2009.

Barbosa (2009), em sua análise de pesquisa, observa que os documentos repetem-se basicamente aos legais nacionais quanto às concepções de EI. Nos Anais do I seminário Nacional: Currículo em Movimento- Perspectivas atuais (2010), o conceito de EI assume uma função sociopolítica e pedagógica, pois reafirma os referenciais conceituais identificados nos documentos nacionais já citados, no entanto acrescenta aos dados termos, como o brincar, a proteção, a responsabilidade dos adultos, os contextos privilegiados de desenvolvimento/confiabilidade, o acolhimento, a informação, o atendimento individual em espaços coletivos, o espaço de expressão e de direitos (muitas vezes de padronização), o espaço de reflexão, ação e transformação, de aprender e de ensinar.

Conforme Nunes, Corsino e Didonet (2011), as concepções de EI são as expressas na legislação e atentam para a necessidade de se buscar “[...] uma identidade de atendimento educacional que rompa com os modelos sanitaristas e assistencialistas, bem como com o modelo escolar instrucional e preparatório”, dualidades que representam obstáculos para importantes mudanças na EI.

A seguir, quadro da concepção de Educação Infantil analisada, identificada nas fontes de referência dos dados e as respectivas conotações observadas:

Quadro 9 – Concepção de Educação Infantil

Referências Conceituais comuns presentes/encontradas nas fontes dos dados
Direito da criança e da família
Exercício da Cidadania
Socialização
Compromisso com a Democracia
1ª Etapa da Educação Básica
Formação Humana
Espaço de Produção e Expressão de Cultura
Função Sóciopolítica
Cuidar / Educar
Centralidade no Estudante
Aprendizagem
Qualificação

Identidade
Função Pedagógica
Brincar
Intercetorialidade/parcerias

Fonte: FLORES; RODRIGUES, 2014.

Quanto a estas referências conceituais, a Rede demonstra estar em processo de construção desses conceitos, em busca da compreensão dessas concepções expressas nas fontes dos dados, as quais também perpassam pelos elementos constitutivos do currículo para a EI, pois para a RME/NH, a concepção de EI expressa três funções para a Escola:

- a) Função social: é função de a escola educar e cuidar as crianças e jovens de modo indissociável, compartilhar com as famílias e proporcionar o convívio com as diferentes culturas.
- b) Função política: garantir a igualdade de direitos, acesso, atendimento e permanência e colaborar na formação da cidadania, considerando os alunos como cidadãos plenos de direitos.
- c) Função pedagógica: a escola é um lugar privilegiado de convivência e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas (SME/NH, 2012).

3.3 Concepção de Currículo para a Educação Infantil

Acredito que, de maneira geral, todas as concepções de educação que estão sendo discutidas, estudadas e refletidas são espelhadas na CF/88, quando ela normatiza, expressando seus novos princípios para a EI e passa a indicar conceitos com base em orientações nacionais como os que sugerem uma concepção de currículo para a EI que atenda às especificidades da faixa etária, com uma referência conceitual que considera a identidade da Educação Infantil.

A Lei n.º 9394/96 reafirma os princípios constitucionais e estabelece normas educacionais nacionais para o atendimento em creche e pré-escolas, legitimando as Instituições de EI, assumindo o conceito de currículo com conotações de práticas cotidianas, de formação e desenvolvimento das crianças, numa visão integral que considera os seus ritmos individuais de desenvolvimento. O Art. 31 estabelece que a “[...] avaliação na Educação Infantil aconteça através do acompanhamento e registro do desenvolvimento, sem objetivar a promoção ao Ensino Fundamental” (LDBEN/96).

As ações cotidianas junto às crianças devem, sobretudo, assegurar seus direitos fundamentais conforme a Resolução n.º 5/2009, cujos conceitos indicam

uma concepção de currículo que deve ser fundamentado no Projeto Político-Pedagógico da escola, nas práticas educacionais, nos conhecimentos/saberes, nos aspectos culturais, na construção da identidade, na formação e desenvolvimento, através das interações e experiências, e deve ser visto como instrumento que considera a criança o centro do planejamento curricular.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EB (CNE/CEB, 2010) conceitua o currículo como um instrumento que expressa intenções políticas, sociais, culturais e educacionais com uma conotação que acarreta uma formação básica comum Nacional, que segundo a Lei, “[...] pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade”, enfim, um conceito de currículo com referência constitucional, fundamentado na cidadania e na dignidade dos sujeitos.

Da mesma forma, o parecer n.º 29/2009, reafirma os documentos já contextualizados, acrescentando que as ações pedagógicas tenham dois eixos norteadores: as interações e as brincadeiras (Art. 9).

Para Barbosa (2009), há muita diversidade nos documentos curriculares produzidos em âmbito nacional, pois muitos desses ainda reproduzem os Referenciais Curriculares Nacionais que antecedem as DCNE/99. No entanto, alguns termos passaram a ser contemplados nas propostas pedagógicas, como tempos e espaços, assim como as variáveis “materialidades”, “organização metodológica” e “os agrupamentos.”

De forma geral, a orientação dada ao trabalho com as crianças em creches e pré-escolas é reconhecida nos documentos municipais como Projeto Pedagógico quando, segundo Oliveira (2010), a concepção de currículo é diferente desse conceito. O autor reafirma as concepções nacionais, acrescentando a participação da comunidade na elaboração e acompanhamento das propostas curriculares com um conceito de que estas são norteadoras das ações pedagógicas de forma instrumental e operacional. Os documentos orientadores expedidos pelo MEC, como Os anais do I seminário Nacional (2010), também trazem as interações e as brincadeiras como eixos norteadores do currículo e como forma de oportunizar as crianças experiências de infância mais intensas e qualificadas. Consideram que o professor deve trabalhar com conceitos e valores através da socialização com vista ao desenvolvimento das crianças. Esses documentos enfatizam a ideia de

multiculturalidade, vivências, ludicidade, estética, processos educativos, ambientes e sustentabilidade como componentes, para que se vivencie na EI um currículo vivo.

É importante trabalhar com as crianças em seus contextos reais em que elas vivem, com organizações curriculares plurais, considerando as especificidades, a valorização das vivências e os sujeitos a serem preparados para as transformações sociais, com base nas práticas teorizadas conforme orientações do MEC (2009).

Nunes, Corsino e Didonet (2011) falam novamente das especificidades da EI, no sentido de complementaridade e instrumento que efetive o exercício da cidadania, a importância da intersetorialidade a fim de contemplar “[...] um currículo integrado de creche e pré-escola, de forma articulada com os anos iniciais do ensino fundamental, rompendo com as segmentações”.

Conforme esta pesquisa, a RME/NH demonstra partir do princípio de que o currículo deve considerar os contextos sociais e, para tanto,

[...] o PPP, os PE e o regimento escolar da Escola Cidadã são construídos coletivamente. Neles, legitima-se a participação de toda a comunidade escolar e se reflete um compromisso ético de superação das dificuldades em aceitar a inclusão e a diversidade como elementos que fazem parte da realidade histórica e do cotidiano escolar (NH, SMED, 2012).

O estudo dos documentos municipais indica que o currículo deve atender às especificidades da EI, conforme Resolução do CME nº 4/2007 e o Parecer do CME nº 20 (2007), bem como a necessidade de se considerar a unidade da criança pequena, a indivisibilidade entre o corpo e a mente e a interdependência dos aspectos físicos, sociais, emocionais e cognitivos (Título 5). Da mesma forma, essas concepções são reiteradas no Plano Municipal de Educação (2008) quando indica que o planejamento do currículo deve estar articulado à comunidade e estar sujeito a constantes avaliações, integrar a rede de Ensino e ter visibilidade e coerência com a legislação.

O documento orientador da educação no Município, a partir da 1ª Conferência Municipal (2011), também reafirma essas concepções expressas nos documentos nacionais, como no Eixo de nº 1 “Conhecimentos: currículo, tempos e espaços na escola”, indicando uma proposta curricular elaborada com intencionalidade, conhecimentos e saberes oriundos da comunidade, a consideração da multiculturalidade, as áreas do conhecimento através das práticas sociais, com

vistas à formação e ao desenvolvimento das crianças e novamente reafirmando a participação da comunidade na construção desse currículo.

A Secretaria possui uma proposta de coleta de dados através de pesquisas, a qual considera relevante conhecer a realidade de cada contexto escolar. Cada Escola, representada por todos os seus segmentos, realiza anualmente, no início de cada ano letivo, a pesquisa sócio-antropológica. Visitas são feitas às casas dos familiares das crianças matriculadas, utilizando-se de instrumentos de investigação, como entrevistas, fotografias, filmagens e diários de bordo. Os profissionais da escola fazem um relatório, utilizando as narrativas das pessoas entrevistadas na própria comunidade e têm a oportunidade de perceber as subjetividades expressas que possibilitam uma oportunidade de repensar o currículo de sua escola, em um movimento de reconstrução de conceitos e práticas, ancorados em um amplo processo reflexivo. Essas reflexões têm a finalidade de auxiliar o professor a elaborar suas práticas pedagógicas que representam maior sentido para as crianças. A intenção da Secretaria é que “[...] o planejamento das ações selecionadas pela escola deva ser à luz dos diferentes saberes de cada comunidade escolar”; a pesquisa socioantropológica “[...] pode e deve se constituir em informações essenciais que orientam as ações pedagógicas, os PE, até mesmo, o PPP da escola” (SMED/NH, 2012). É possível identificar os esforços por parte da Secretaria em estimular os profissionais da Educação no sentido de assumirem uma postura de professor/pesquisador:

[...] é de fundamental importância estimular os momentos sistemáticos de estudo, com a oportunidade de um processo reflexivo com base em construções teóricas consistentes. Entretanto, nunca perder de vista a prática pedagógica, tanto no que se refere à sala de aula, quanto aos diversos tempos e espaços que fazem parte das relações sócio-históricas entre pensamento e ação educativa (NH, SMED, 2012).

Para Salles e Faria (2012), pensar o contexto em que as crianças estão inseridas significa considerar alguns aspectos como a diversidade econômica, social, natural e cultural, considerando-se o nível local e global em que vivemos:

Refletir sobre as inserções da criança neste mundo contemporâneo, [...] significa ainda pensar nas relações que, desde muito cedo, ela estabelece com os elementos constitutivos dessa cultura e nas exigências decorrentes dessa relação (FARIA, SALLES, 2012).

Nas inter-relações as crianças vivenciam, através das práticas cotidianas, os espaços e os sujeitos que fazem parte do meio em que vivem, assim como nas práticas sociais elas constroem conhecimentos decorrentes dessas relações.

Para Barbosa (2009), faz-se necessário desconstituir a criança da concepção de alunado, pois tradicionalmente se elaboram propostas pedagógicas de forma fragmentada ao retirar a criança de seus contextos e ao reduzi-las às áreas motora, afetiva, social e cognitiva, “[...] Como se fosse possível fazer uma atividade motora sem a presença da emoção e da cognição dentro das práticas sociais de uma dada cultura”. Ao se considerar apenas áreas de desenvolvimento e ou áreas de conhecimento, deixa-se de fora muitas outras dimensões extremamente fundamentais, como a social, a imaginária, a cultural, a lúdica, a ética e a estética, intrínsecas à formação humana.

Para a RME/NH, os tempos e os espaços são elementos integrantes e fundamentais dos planejamentos curriculares, “[...] não são estruturas neutras e podem limitar ou estimular as aprendizagens”; estas variáveis propiciam às crianças a vivência da cidadania “[...] através da participação e do comprometimento com sua formação escolar”. Dentre os indicadores que denotam a forma de vivenciar o currículo nas escolas, salientam-se as especificidades e as necessidades de atendimento à criança de forma diferenciada e/ou especializada. A existência de acompanhamento do desenvolvimento e das conquistas devem ser o parâmetro deste acompanhamento ,percebendo cada indivíduo em si mesmo. Para Nunes, Didonet e Corsino (2011), o currículo da EI deve ser ainda integrado entre a creche e a pré-escola, de forma articulada com os anos iniciais do ensino fundamental, no entanto rompendo-se com as segmentações.

Tendo em vista que as concepções de currículo para a EI permeiam todo este estudo, considero importante apresentar aqui conceitos atualizados, conforme a legislação Nacional. De acordo com o Parecer nº 20/2009, o currículo de uma instituição de EI pode ser compreendido pela organização de sua proposta pedagógica ou projeto pedagógico:

[...] pode ser entendido como as práticas educacionais organizadas em torno do conhecimento e em meio às relações sociais que se travam nos espaços institucionais, e que afetam a construção das identidades das crianças. Por expressar o projeto pedagógico da instituição em que se desenvolve, englobando as experiências vivenciadas pela criança, o

currículo se constitui um instrumento político, cultural e científico coletivamente formulado (BRASIL, CNE/CEB, 2009, p.6).

A Resolução CNE/CBE nº 5 nos diz que as ações cotidianas junto às crianças devem, sobretudo, assegurar seus direitos fundamentais, trazendo no Art. 3º o seguinte conceito:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, CNE/CEB, Resolução nº 5, 2009)

Percebe-se, no estudo, que a Rede demonstra atribuir ao professor a função de ensinar as crianças a articular as experiências pessoais com os projetos da comunidade na qual se inserem, posto que os ambientes externos interferem nas vivências do currículo e integram o pátio das Escolas como espaços pedagógicos, a transição das crianças nesses espaços, a circulação de sujeitos, suas diferentes culturas e as saídas e passeios das crianças para fora das instituições como componentes que também fazem parte das propostas curriculares. Estas ideias estão legitimadas na Resolução nº 5 (2009) quando enfatiza a importância dos espaços em seu Art. 8º, considerando os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas na Escola, bem como a acessibilidade nestes espaços da instituição.

Segundo SMED/NH (2012), “A educação dos alunos não termina no pátio, mas continua através do portão [...] e também deixando entrar, através do mesmo portão, a vida que acontece na comunidade”. Nesse sentido, a Rede demonstra conceber a proposta curricular como um instrumento que compreende a Educação como inclusiva, que atua na formação de cidadãos livres, democráticos e protagonistas de sua própria história, estruturados em valores éticos e capazes de contribuir na construção de uma sociedade mais solidária e sustentável. Aposta também na ludicidade como instrumento que, através das múltiplas linguagens, contribui para o desenvolvimento da autonomia das crianças, favorecendo as aprendizagens, compreendidas aqui como componentes curriculares conforme quadro da concepção de currículo para a EI analisada, identificada nas fontes de referência dos dados e as respectivas conotações observadas:

Quadro 10 – Concepção de currículo para a EI

Referências Conceituais comuns presentes/encontradas nas fontes dos dados
Expressa a identidade da EI
São as práticas cotidianas
Contribuem para a formação e o desenvolvimento da criança
Tem sua fundamentação no PPP
São elementos constitutivos das práticas educacionais/pedagógicas
São os conhecimentos e os saberes comuns nacionais
Consolidam-se nas interações
Na cultura
Nas experiências
É instrumento
Centralidade na Criança
São os valores
Contempla as especificidades da comunidade
Considera os tempos e os espaços
São as materialidades
Requer formação metodológica
Está constituído nas práticas sociais
Através do brincar

Fonte: FLORES; RODRIGUES, 2014.

Conforme essas referências conceituais, a Rede conceitua o currículo espelhada na legislação nacional, “[...] sustentado nas relações, nas interações e em práticas educativas intencionalmente voltadas para as experiências concretas da vida cotidiana e para a aprendizagem da cultura” (SMED/NH, 2012). Aponta como fio condutor as interações em espaços coletivos e “[...] na produção de narrativas, individuais e coletivas, através de diferentes linguagens” (PARECER CNE nº 20/2009, p.14).

3.4 Concepção de Criança(s) e de Infância(s)

Nas orientações curriculares nacionais, os referenciais conceituais indicam um conceito de criança observado nos princípios que orientam as práticas realizadas nas escolas, trazendo a ideia da unidade da criança pequena, a indivisibilidade entre o corpo/mente e a interdependência dos aspectos físicos, sociais, emocionais e cognitivos, além de um conceito multicultural e de pluralidade nas identidades das infâncias. Foi na CF/88 que a infância passou a ser protegida oficialmente enquanto legislação, pois esta incorporou todo um movimento social em defesa da Educação Infantil.

O princípio constitucional do direito educacional às crianças de 0 a 6 anos, ao reconhecê-las como sujeitos de direitos, transforma as instituições de atendimento à infância em espaços de promoção e defesa de sua cidadania. Da mesma forma, a LDBEN/96 reitera o direito à educação das crianças de 0 a 6 anos, expresso na CF (1988), assim como conceitua o ECA de 1990 e a Política Nacional de Educação Infantil (1994), ratificando este conceito de criança social, sujeito histórico e direitos e cidadão em sua integralidade, bem como sendo o centro do SE. Enfim, a Infância é vista como processo de inserção e construção da cidadania, caracterizando etapa do desenvolvimento e da formação social, dentre outros conceitos semelhantes conforme o quadro da concepção de infância(s) analisada, identificada nas fontes de referência dos dados e as respectivas conotações observadas:

Quadro 11 – Concepção de infância (s)

Referências Conceituais comuns presentes/encontradas nas fontes dos dados
Requer Proteção
Sujeitos de Direitos
Formação da Identidade Social
Infâncias Multiculturais
Pluralidade das Infâncias
Sujeitos em Formação
Exercício da Cidadania
Sujeitos Históricos
Grupos Culturais (plurais)

Fonte: FLORES; RODRIGUES, 2014.

Segundo o quadro, o conceito de infância(s) indica responsabilidade quanto à sua proteção, à garantia dos seus direitos, à construção e inserção de uma identidade própria à faixa etária, à consideração da pluralidade e multiculturalidade das infâncias, bem como aos aspectos sócio-históricos em uma concepção de sociologia da infância.

A Resolução nº 4 (2007) cuja Ementa estabelece normas para o credenciamento e a autorização de funcionamento de Instituições de EI/ NH, as referências conceituais sugerem que as crianças são sujeitos em formação e desenvolvimento e integram duas modalidades de Educação: a creche (0 a 3 anos) e a pré-escola (4 a 5 anos). O Parecer do CME nº 20 do mesmo ano traz as concepções de criança expressas na Constituição, bem como nos demais referenciais nacionais, também com uma ideia de unidade e integralidade, conceituando infância como “grupo socio-histórico”.

Já o documento criado a partir da 1ª Conferência Municipal da Educação (2001) traz dois termos para conceituar a criança pequena: “criança e aluno”, indicando conotações de ser social, histórico, produtor de cultura, em formação e desenvolvimento e em construção da identidade, também define a infância como um grupo sócio-histórico. Percebe-se ainda uma concepção de criança que espelha o mesmo conceito da Resolução CNE/CBE de nº 5 (2009), em que a criança é considerada o centro do currículo, sujeito histórico e de direitos: “[...] constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”. Esta mesma Resolução traz conceitos, como a multiplicidade das identidades da(s) criança(s), a multiculturalidade e a pluralidade das infâncias, bem como a infância como construção da identidade social.

O Parecer nº 20/2009 (Lei CME nº 1353/2009) concebe a criança como um ser social, protagonista de suas aprendizagens, em formação e desenvolvimento, em construção da identidade pessoal e coletiva, novamente aqui considerando a sua integralidade e seus aspectos indissociáveis.

Conforme a Resolução nº 4 (2010) cuja ementa “Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica”, a criança é definida como “[...] educando, pessoa em formação na sua essência humana”, também como sujeito de direitos, em desenvolvimento e na construção da sua identidade (Art. 6 Res. CNE/CEB nº 4/2010).

Alguns documentos norteadores da organização curricular para a EI, como os “Anais do I seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas atuais” (2010), em seus 11 cadernos, também trazem expressões que conceituam a criança como um sujeito de direitos, sócio-histórico e em formação e desenvolvimento a partir das relações que estabelece. A criança é mencionada como vítima das ações dos adultos, que possui modo próprio de produção dos conhecimentos e é produtora de cultura com base na sociologia da infância. Gobbi (2009) acrescenta que a criança é incompreendida pelo adulto e, conforme Baptista (2009), a criança é “aprendiz” e “ator social [...] as crianças precisam ser analisadas em suas variáveis sociais: gênero, raça, classe social, demonstrando a pluralidade de experiência de infância”. Os dados Indicadores de conceitos observados nesses documentos apontam para a consideração da multidimensionalidade das crianças, conforme estudo que pode ser conferido no quadro da concepção de criança analisada,

identificada nas fontes de referência dos dados e nas respectivas conotações observadas:

Quadro 12 – Concepção de criança

Referências Conceituais comuns presentes/encontradas nas fontes dos dados
Indivíduo Social
Sujeito de Direitos
Criança Cidadã
Sujeito Histórico
Integralidade dos sujeitos
Centralidade
Protagonista
Em Formação e Desenvolvimento
Produtora de Cultura
Multiplicidade

Fonte: FLORES; RODRIGUES, 2014.

As concepções de criança e infância, identificadas nas fontes de dados do Município, indicam que a Rede possui como objetivos em seu trabalho com os pequenos a valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades, assim como a valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e das manifestações artísticas e culturais que respeitem os direitos de cidadania, o exercício da criticidade e a ordem democrática. Diante dessas considerações, fazem-se necessários o desprendimento dos estereótipos de aluno e a compreensão da criança em suas infinitas possibilidades, suas capacidades de pensar e realizar desejos e projetos, bem como refletir sobre novas concepções como as analisadas nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como questões norteadoras de investigação: (1) Quais movimentos o Município de Novo Hamburgo/RS realizou no período de 2009/2013 no sentido de implementar em sua Rede de EI, as atuais DCNEI? (2) As concepções de currículo para a Educação Infantil presentes nos documentos normativos e orientadores da RME/NH encontram-se em consonância com os documentos normativos e orientadores curriculares nacionais?

Como objetivos foram:

1. Identificar as concepções de currículo para a Educação Infantil presentes nos documentos mandatórios e orientadores de âmbito nacional e nos documentos correlatos do Sistema Municipal de Ensino de Novo Hamburgo.
2. Sistematizar a trajetória das políticas de Formação Continuada realizadas neste Município visando à implementação das atuais DCNEI no período de dezembro de 2009/2013.
3. Identificar semelhanças/consonâncias, diferenças ou divergências entre as concepções de currículo para a EI vigentes nos documentos mandatórios e orientadores do Sistema Municipal de Ensino de Novo Hamburgo/RS e aqueles vigentes em âmbito nacional.

Após a análise dos dados e ao concluir a sistematização da trajetória da RME/NH, bem como as relações identificadas nas concepções de currículo para a EI através das referências conceituais analisadas nos documentos legais nacionais e municipais, nas referências bibliográficas, nos informes públicos do Programa de Formação Continuada da SMED/NH, na entrevista e no questionário realizado com as pessoas que exerceram cargo de gerência na EI no período de 2009/2013, são possíveis fazer duas colocações bem específicas:

- A RME/NH apresenta uma expressiva caminhada através de produção de documentos, programas de formação para os profissionais da Educação, eventos e parcerias realizadas no período de 2009/2013, no sentido de implementar, em sua Rede de EI, as atuais DCNEI.

- As análises das concepções de criança(s), de Educação Infantil, de currículo e de infância(s) expressas nos documentos municipais indicam consonância em suas relações com os documentos normativos e orientadores curriculares nacionais, fundamentados nas atuais DCNEI estabelecidas pela Res. CEB/CNE 05/09.

De fato, houve ações planejadas por parte da SMED/NH, especialmente através do Programa de Formação Continuada ofertado no período analisado com o objetivo de implementar as orientações curriculares Nacional para a EI na RME/NH. Entretanto tais concepções se encontram em processo de apropriação por parte dos profissionais, pois implementar as DCNEI exige um processo de formação pelo qual todos precisam passar. Não existe legislação ou proposta curricular, por melhor que seja, que possa ser implementada “de cima para baixo” (informação escrita) ¹⁴, tampouco pode ser apenas informada, entregue às escolas para que a implementem. Precisa, sim, de um processo de divulgação, de estudo, de reflexão, de debate, de sensibilização, de conscientização, de tempo e de espaço de formação, para que a DCNEI passe a ser compreendida, assimilada, sentida, desejada, buscada e implementada por cada escola, por seus profissionais e utilizada como referência na elaboração de suas propostas pedagógicas singulares, processuais, coletivas, continuamente revisadas, refletidas e ressignificadas.

A ideia de Educação da RME/NH identificada nesta pesquisa é uma “Educação para a Cidadania”, e a mesma consta nas referências conceituais identificadas nos documentos nacionais. Esta expressão foi observada na maioria das fontes como a prioridade para a formação dos sujeitos - o exercício da cidadania - a participação social e política desenvolvida através das vivências, das práticas cotidianas e das práticas sociais, por meio de “atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, bem como o combate a toda e qualquer forma de discriminação, seja de gênero, de sexualidade, de classes sociais, de crenças, de etnias ou de outras diversidades individuais e sociais, instrumentalizado no binômio cuidar/educar.

As instituições educacionais do município assumem uma identidade de Escola Cidadã, trabalhando em uma perspectiva de intersetorialidade,

¹⁴ Questionário respondido. Pesquisador: Elisângela Martins Rodrigues. Novo Hamburgo, 2014. 1 arquivo .Word (10 questões).

estabelecendo parcerias com outras áreas, como a da Saúde e da Assistência social, constituindo-se em espaço de garantia dos direitos sociais, amparada na CF/88, em seu Art. 6º quando afirma que “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

A legislação municipal reafirma as concepções de EI expressas nos documentos nacionais, enfatizando a ideia de buscar uma Educação de qualidade, a ampliação da oferta de vagas, a Educação como construção da cidadania, espaço democrático, intersetorial, as interfaces da Educação (trabalho colaborativo), o acesso e a permanência, uma aprendizagem efetiva e a ideia de Rede e sistematização do ensino integrado ao SME/NH. No Plano Municipal de Educação (2008), identifica-se uma preocupação de que os planejamentos sejam articulados com os interesses da comunidade, sujeitos a constantes avaliações, visíveis a todos, com base na legislação e que possuam metas integradas à Rede de Ensino.

É possível enfatizar que o Programa de Formação Continuada da SMED/NH é o principal instrumento responsável pela divulgação, pelo estudo e pela reflexão no sentido de instrumentalizar a EI com base nos princípios e concepções expressas nas DCNEI/2009. Consideram-se recentes os estudos e a constituição de alguns conceitos relacionados à Educação com conotações de etapas de desenvolvimento, de processos, de integralidade, de multiplicidade e de outros elementos que permitem olhar para os sujeitos da EI em suas especificidades.

Sem dúvida nenhuma, enquanto professora, reconheço a ainda inicial compreensão dessas “novas” concepções de Educação trazidas nos atuais documentos normativos e orientadores legais, assim como na aplicação desses conceitos nas práticas educacionais. Porém, nos processos ao longo do tempo, estas concepções se configuram e tendem a ser compreendidas por nós, profissionais da Educação. No entanto, embora reconheça que o documento não é conhecido e compreendido em toda a sua profundidade pela maioria dos profissionais, o estudo demonstrou aspectos positivos quanto aos processos que buscam qualificação da Educação no Município como um todo, em especial na área da EI.

Portanto, de maneira semelhante, a RME/NH demonstra estar em processo de compreender as profundas mudanças que aconteceram na última década, na área da Educação e especialmente na da EI. Demonstra estar constituindo uma

identidade própria desta etapa da Educação e em construção da sua filosofia com base nos referenciais teóricos e na legislação nacional. Nesse sentido, os números não podem ser considerados quantitativamente e, sim, como expressão de um conjunto de ações que revelam a construção de conhecimentos e a trajetória da Rede quanto à implementação das atuais DCNEI. E, em função das vinculações de pesquisadora com a própria Rede, este texto considera as minhas interpretações diante das observações realizadas, não podendo ser considerado de forma generalizada.

Dentre as contribuições para a construção de meus conhecimentos neste estudo, considero de forma especial as aprendizagens com relação à identificação e classificação de documentos legais e orientadores, em âmbitos nacionais e municipais, bem como fontes bibliográficas que normatizam e orientam o currículo para a EI.

Iniciei esta pesquisa com sérias dúvidas quanto à relação das concepções para a EI, consonâncias e/ou dissonâncias expressas nos documentos locais e nacionais e concluo a pesquisa considerando-me feliz por fazer parte de uma Rede de Educação que, além de buscar constantemente a qualificação de todos os seus profissionais, também estrutura-se em conceitos nos quais eu acredito.

Duas situações neste estudo contribuíram para que eu tivesse a oportunidade de ampliar minhas concepções e pontos de vistas, pois sempre assumi uma atitude de militância e muitas vezes não compreendi o Sistema Educacional em um âmbito maior, no entanto, ao analisar os documentos nacionais e locais, pude compreender a Rede na sua forma mais complexa. Ao perceber as ações em seu fio histórico, concluí que, apesar de ainda não ser o ideal, o SME/NH vem se constituindo em um processo de qualificação. Não tinha a noção do grande número de formações que são ofertadas aos profissionais da Rede e o quanto as suas temáticas revelam uma preocupação da Secretaria em instrumentalizar os professores através da reflexão sobre as práticas e a construção de conhecimentos específicos na área.

Acredito que em minha atuação docente, ao longo de treze anos em Rede Estadual e Municipal de Educação, com experiências em todas as séries da Educação Básica, fazendo-me professora através da prática e dos meus estudos, muitas vezes precisei desconstruir-me e abrir-me para o novo. Ao construir conhecimentos que eu não concebia, tive que refazer minhas concepções estruturadas nesta trajetória.

Assim, conhecer as concepções de EI na Rede onde atuo como professora é fundamental para que eu seja multiplicadora desses conhecimentos, pois um dos fatores que geram as divergências que se estabelecem entre as concepções, nas quais acredito, e as práticas pedagógicas pessoais é a carência de conhecimentos teóricos, daí a importância da formação continuada, ainda que estas e outras conquistas referentes à identidade de professora expressam um trabalho contínuo de reflexão, capaz de provocar mudanças de concepções e práticas no meu trabalho com as crianças.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2001.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Alfabetização, leitura e ensino de Português: desafios e perspectivas curriculares**. Belo Horizonte: Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, novembro de 2010.

BARBOSA, Maria Carmen; RICHTER, Sandra. Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche. In: **Dossiê: Infância e Educação Infantil**. *Educação*, Santa Maria v. 35, nº 1, p. 85-95., jan./abr. de 2010.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Práticas Cotidianas na Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

_____. **Práticas Cotidianas na Educação Infantil – Bases para Reflexão sobre as Orientações Curriculares**. Projeto de Cooperação Técnica MEC / Universidade Federal do Rio Grande do Sul para Construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica/ UFRGS, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf> Acesso em: janeiro de 2014.

_____; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

_____. Especificidades da ação pedagógica com os bebês. In: **I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2010, pp. 1-17.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição 1988**: Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: fev. 2014.

_____. Apresentação. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16110&Itemid=936> Acesso em: fev, 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 05, de 17 dez de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 2009 a. Seção 1, p. 18.

_____. MEC. CNE. CEB. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CNE/CEB 20/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 09 de dezembro de 2009a, Seção 1, p. 14. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13449&Itemid=936>

mid=935> Acesso em: fev, 2014.

_____. Lei nº 9.394: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: fev, 2014.

_____. Congresso Nacional. **Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências.** 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107> Acesso em: 27 de jan de 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Política nacional para a educação infantil: pelo direito das crianças de 0 a 6 anos à Educação.** Brasília, MEC/SEB, 2006d.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Política de Educação Infantil no Brasil: relatório de avaliação.** Brasília: MEC/SEB, Unesco, 2009.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. MEC. CEB. **Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil.** Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 3v., 1999.

_____. CNE. Câmara de Educação Básica. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001:** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: jan, 2014.

_____, (2010). **Projeto de Lei nº 8.035/2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.** Legislação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2010.

BUJES, M. I. Escola infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, C. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto alegre: Artmed, 2001.

CAMPANHA NACIONAL PARA O DIREITO À EDUCAÇÃO. Revista Perspectivas. Florianópolis, v.17, nº Especial, 1999.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** Brasília: MEC/SEF/COEDI, 2009.

FARIA, A. L. G (Org.). **O coletivo infantil em creches e pré-escolas: fazeres e saberes**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; Salles, Fátima. **Currículo na Educação Infantil: Diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica**. Coleção Percursos. São Paulo-SP: editora Scipione, 2010.

FLORES, Maria Luíza. **Movimento e Complexidade na Garantia do Direito à Educação Infantil: um Estudo sobre Políticas Públicas em Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Tese de doutorado, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

GANDIN, Adriana Beatriz; FRANKE, Soraya Silveira. **A organização de projetos na escola: Um sonho possível**. Edições Loyola: São Paulo, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOBBI, Márcia. Múltiplas Linguagens de meninos e meninas e a Educação Infantil. In: ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO - Perspectivas Atuais. Belo Horizonte: novembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=16110:seminario-nacional-docurriculo-em-movimento-&catid=195:seb-educacao-basica>> Acesso em: fev, 2014.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1969.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. In: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas atuais. BH, 2010.

LÜDKE, Menga. **O professor e a pesquisa**. Campinas: Papirus, 2001a.

_____. A complexa relação entre o professor e a pesquisa. In: ANDRÉ, M. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2001b. p. 27-54.

_____(Coord.). **A pesquisa e o professor da educação básica na visão de professores da universidade**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Departamento de Educação, PUC - Rio, 2002.

_____; CRUZ, Giseli Barreto da. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, nº 125, p. 81-109, maio/ago, 2005.

MAGALHAES, Darlene Denise Machado de Moura Oliveira de. **Constituição do sujeito X Desenvolvimento da criança: um falso dilema**. Disponível em: <[http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282006000100008&lng=pt&nrm=ISSN 1415-7128](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282006000100008&lng=pt&nrm=ISSN%201415-7128)> Acesso em: jan, 2014.

MOVIMENTO INTERFÓRUNS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BRASIL / MIEIB. Carta de Porto Alegre. **XXIII Encontro Nacional do MIEIB**. Porto Alegre, RS. 2008. Disponível em < <http://www.mieib.org.br>> Acesso em: jan de 2014.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro- São Paulo, ABRASCO-HUCITEC, 1992.

_____. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

NOVO HAMBURGO. **Lei nº 003/14L/2008, de 03 de janeiro de 2008**. Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Câmara municipal de Novo Hamburgo. – RS. Novo Hamburgo, 2008.

_____. Secretaria Municipal da Educação e Desporto. **A construção solidária de um projeto estratégico de educação para Novo Hamburgo**. 1ª Conferência Municipal de Educação - Texto base para debate. Novo Hamburgo: SMED, 2010.

_____. **Construindo juntos uma educação de qualidade**. 1ª Conferência Municipal de Educação. Princípios e Diretrizes - Documento Final. Novo Hamburgo: Secretaria Municipal de Educação e Desporto, 2011.

_____. **Diretrizes Pedagógicas e Planos de Estudos**. Novo Hamburgo: Secretaria de Educação e Desporto, 2005.

_____. Conselho Municipal de Educação. Prefeitura municipal de Novo Hamburgo. **Divulgação dos Atos Legais emitidos pelo Conselho Municipal De Educação**. Disponível em: <<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/modules/catasg/governo.php?conteudo=218>> Acesso em: fev, 2014.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; DIDONET, Vital; CORSINO, Patrícia. **Educação Infantil no Brasil**: primeira etapa da educação básica. UNESCO, Ministério da Educação/ Secretária de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e método. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência em Formação).

_____. O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? In: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivos atuais. BH, 2010.

PERRENOUD, Philippe. **Novas Competências para Ensinar**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto alegre: ARTMED, 2000.

POST, J.; HOHMANN, M. **Educação de bebês em infantários**. Cuidados e primeiras Aprendizagens. Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

REDIN, Maria M e BARBOSA, Maria C. S. **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre. Editora Mediação, 2012.

ROCHA, Silvio. (Org.). **Escola cidadã em Novo Hamburgo**: participação, qualidade e aprendizagem. Novo Hamburgo: Prefeitura Municipal, 2012.

TODOS. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Moderna, 2013.

Disponível em:

<http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/anuario_educacao_2013.pdf> Acesso em: fev de 2014.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

VEIGA, Ilma Passos. **O Projeto Político-Pedagógico na escola**. SP: Cortez, 1995.

WEBER, Silke. Democratização e Descentralização. Políticas e práticas. In. Revista Brasileira de Administração da Educação. RJ. V.9, n: 2 - jul/dez: 1993.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1988.

_____. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone: Edusp, 2001, p. 59-83.

YIM, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO n.º 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MEC/UFRGS

Orientadora: Dr. Maria Luiza Rodrigues Flores

Aluna: Elisângela Martins Rodrigues

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Sr. Secretário de Educação de Novo Hamburgo, “A. A. C.”

Eu, professora Elisângela Martins Rodrigues, aluna do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil da Faculdade de Educação da UFRGS e professora da EMEI Branca de Neve/NH, estou realizando meu Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da professora Maria Luiza Rodrigues Flores, que tem como Título:

“Processos e movimentos para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: um estudo de caso da caminhada realizada pela Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS”

Com este estudo, pretendo sistematizar os principais movimentos realizados na Rede, no sentido de implementação das atuais DCNEI, bem como, realizar uma análise das relações existentes entre as concepções de currículo da Educação Infantil presentes nos documentos normativos e orientadores da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo/RS e as concepções vigentes nos documentos normativos e orientadores em âmbito nacional.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa em Educação, um estudo de caso na Rede Municipal de Ensino de NH, através da metodologia de análise documental, bibliográfica e entrevistas. No sentido de sistematizar as ações realizadas, farei um levantamento de dados nos documentos públicos expedidos pela Rede, informes e relatórios produzidos relativos à oferta das formações para os profissionais das EMEI e entrevista com as pessoas da Gerência da EI, no período 2010/2013.

Para realizar a análise das relações existentes entre as concepções de currículo da Educação Infantil, serão analisados os documentos públicos normativos e orientadores para EI, nas categorias nacionais e municipais.

A escolha da temática para esta pesquisa justifica-se basicamente por três razões: do ponto de vista pessoal, sou professora da Rede Municipal desde 2010, exercendo docência na EI, acompanhando e vivenciando os processos no sentido de implementação das DCNEI e, em alguns casos, como protagonista de importantes movimentos que vem transformando a oferta da EI neste município. Por outro lado, do ponto de vista social, desde 2009, a partir da aprovação das DCNEI, a

educação das crianças até 6 anos de idade vem sofrendo diversas transformações e todas as Redes educacionais vem ou deveriam vir realizando movimentos de adequação dos seus documentos legais e práticas educacionais aos documentos legais vigentes. Um terceiro aspecto é o fato de que reconheço, por ser professora neste município, neste período em que a educação Infantil vem vivenciando grandes transformações, uma importante caminhada na Rede no sentido de implementação das DCNEI.

Informo ainda que a pesquisa respeitará os princípios éticos, tendo caráter apenas de estudos, de modo que nenhuma pessoa terá seu nome revelado publicamente, tanto em trabalhos escritos, quanto em apresentações orais (em congressos, seminários, aulas, etc.).

A SMED ainda poderá, a qualquer tempo, na pessoa do Senhor Secretário, voltar atrás na decisão de autorizar a pesquisa, se assim o desejar.

Desde já, agradeço a cooperação, colocando-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos, pelos seguintes telefones e e-mails:

Pesquisadora: Elisângela Martins Rodrigues: el.is.garcia@hotmail.com

Professora orientadora: Maria Luíza Rodrigues Flores:
malurflores@gmail.com

Telefones para contato: 99521180/30973632.

Pelo presente Termo de Consentimento, declaro que fui informado/a dos objetivos e da justificativa para realização dessa pesquisa.
Novo Hamburgo, ____ de _____ de 2013.

Secretário de Educação de Novo Hamburgo.

Pesquisadora.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO n.º 2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MEC/UFRGS**

**Orientadora: Dr. Maria Luiza Rodrigues Flores
Aluna: Elisângela Martins Rodrigues**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Sr^a. “A. B.”

Eu, professora Elisângela Martins Rodrigues, aluna do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil da Faculdade de Educação da UFRGS e professora da EMEI Branca de Neve/NH, estou realizando meu Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da professora Maria Luiza Rodrigues Flores, que tem como Título:

“Processos e movimentos para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: um estudo de caso da caminhada realizada pela Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS”

Com este estudo, pretendo sistematizar os principais movimentos realizados na Rede, no sentido de implementação das atuais DCNEI, bem como, realizar uma análise das relações existentes entre as concepções de currículo da Educação Infantil presentes nos documentos normativos e orientadores da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo/RS e as concepções vigentes nos documentos normativos e orientadores em âmbito nacional.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa em Educação, um estudo de caso na Rede Municipal de Ensino de NH, através da metodologia de análise documental, bibliográfica e entrevistas. No sentido de sistematizar as ações realizadas, farei um levantamento de dados nos documentos públicos expedidos pela Rede, informes e relatórios produzidos relativos à oferta das formações para os profissionais das EMEI e entrevista com as pessoas da Gerência da EI, no período 2010/2013.

Para realizar a análise das relações existentes entre as concepções de currículo da Educação Infantil, serão analisados os documentos públicos normativos e orientadores para EI, nas categorias nacionais e municipais.

A escolha da temática para esta pesquisa justifica-se basicamente por três razões: do ponto de vista pessoal, sou professora da Rede Municipal desde 2010, exercendo docência na EI, acompanhando e vivenciando os processos no sentido de implementação das DCNEI e, em alguns casos, como protagonista de importantes movimentos que vem transformando a oferta da EI neste município. Por outro lado, do ponto de vista social, desde 2009, a partir da aprovação das DCNEI, a educação das crianças até 6 anos de idade vem sofrendo diversas transformações e todas as Redes educacionais vem ou deveriam vir realizando movimentos de adequação dos seus documentos legais e práticas educacionais aos documentos legais vigentes. Um terceiro aspecto é o fato de que reconheço, por ser professora neste município, neste período em que a educação Infantil vem vivenciando grandes transformações, uma importante caminhada na Rede no sentido de implementação das DCNEI.

Informo ainda que a pesquisa respeita os princípios éticos, tendo caráter apenas de estudos, de modo que nenhuma pessoa terá seu nome revelado publicamente, tanto em trabalhos escritos, quanto em apresentações orais (em congressos, seminários, aulas, etc.).

Declaro que a qualquer tempo, poderás voltar atrás na decisão de autorizar a divulgação dos dados da entrevista, se assim desejar.

Desde já, agradeço a cooperação, colocando-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos, pelos seguintes telefones e e-mails:

Pesquisadora: Elisângela Martins Rodrigues: el.is.garcia@hotmail.com

Professora orientadora: Maria Luíza Rodrigues Flores:
malurflores@gmail.com

Telefones para contato: 99521180/30973632.

Pelo presente Termo de Consentimento, declaro que fui informado/a dos objetivos e da justificativa para realização dessa pesquisa.

Novo Hamburgo, ____ de _____ de 2013.

Entrevistada.

Pesquisadora.

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO n.º 3**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MEC/UFRGS****Orientadora: Dr. Maria Luiza Rodrigues Flores
Aluna: Elisângela Martins Rodrigues****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezada Sr^a. Gerência de Educação Infantil de Novo Hamburgo, “R. G. G.”

Eu, professora Elisângela Martins Rodrigues, aluna do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil da Faculdade de Educação da UFRGS e professora da EMEI Branca de Neve/NH, estou realizando meu Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da professora Maria Luiza Rodrigues Flores, que tem como Título:

“Processos e movimentos para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: um estudo de caso da caminhada realizada pela Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS”

Com este estudo, pretendo sistematizar os principais movimentos realizados na Rede, no sentido de implementação das atuais DCNEI, bem como, realizar uma análise das relações existentes entre as concepções de currículo da Educação Infantil presentes nos documentos normativos e orientadores da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo/RS e as concepções vigentes nos documentos normativos e orientadores em âmbito nacional.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa em Educação, um estudo de caso na Rede Municipal de Ensino de NH, através da metodologia de análise documental, bibliográfica, entrevista e questionários. No sentido de sistematizar as ações realizadas, farei um levantamento de dados nos documentos públicos expedidos pela Rede municipal, informes e relatórios produzidos relativos à oferta das formações para os profissionais das EMEI e questionários a serem respondidos pelas pessoas da Gerência da EI, no período 2009/2013. Para realizar a análise das relações existentes entre as concepções de currículo da Educação Infantil, serão analisados os documentos públicos normativos e orientadores para EI, nas categorias nacionais e municipais.

A escolha da temática para esta pesquisa justifica-se basicamente por três razões: do ponto de vista pessoal, sou professora da Rede Municipal desde 2010, exercendo docência na EI, acompanhando e vivenciando os processos no sentido de implementação das DCNEI e, em alguns casos, como protagonista de importantes movimentos que vem transformando a oferta da EI neste município. Por outro lado, do ponto de vista social, desde 2009, a partir da aprovação das DCNEI, a educação das crianças até 6 anos de idade vem sofrendo diversas transformações e todas as Redes educacionais vem ou deveriam vir realizando movimentos de adequação dos seus documentos legais e práticas educacionais aos documentos legais vigentes. Um terceiro aspecto é o fato de que reconheço, por ser professora neste município, neste período em que a educação Infantil vem vivenciando grandes transformações, uma importante caminhada na Rede no sentido de implementação das DCNEI.

Informo ainda que a pesquisa respeitará os princípios éticos, tendo caráter apenas de estudos, de modo que nenhuma pessoa terá seu nome revelado publicamente, tanto em trabalhos escritos, quanto em apresentações orais (em congressos, seminários, aulas, etc.).

Declaro que a qualquer tempo, poderás voltar atrás na decisão de autorizar a divulgação dos dados do questionário, se assim desejar.

Desde já, agradeço a cooperação, colocando-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos, pelos seguintes telefones e e-mails:

Pesquisadora: Elisângela Martins Rodrigues: el.is.garcia@hotmail.com

Professora orientadora: Maria Luíza Rodrigues Flores:
malurflores@gmail.com

Telefones para contato: 99521180/30973632.

Pelo presente Termo de Consentimento, declaro que fui informado/a dos objetivos e da justificativa para realização dessa pesquisa.

Novo Hamburgo, ____ de _____ de 2013.

Gerência da Educação Infantil de Novo Hamburgo.

Pesquisadora.

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MEC/UFRGS****Orientadora: Dr. Maria Luiza Rodrigues Flores
Aluna: Elisângela Martins Rodrigues**

A ser respondido pela atual Gerente da EI

Tempo/Período em que exerce Gerência na EI na SMED/NH: _____

1. Como você descreve o acolhimento e os movimentos de divulgação quanto as DCNEI (12/2009) no período em que exerce a Gerência da EI entre os componentes da equipe de profissionais da SMED, na gestão de pessoal da área da EI?
2. Existem programas para a divulgação, reconhecimento e discussão das DCNEI por parte da SMED para a Rede da EI? Se sim, como são os processos organizacionais e se considera que os programas de formações para os profissionais da EI podem ser caracterizados como multiplicadores na Rede?
3. Caso existam programas para implementação, como você descreve o acolhimento por parte das Instituições e quanto à inserção dos profissionais das Escolas da Rede de EI nos processos formativos e de acolhimento das DCNEI?
4. Se há programas de implementação das DCNEI, quais os âmbitos que são alcançados, quais departamentos, setores, áreas, etc.? Há programas que envolvem os diferentes membros das comunidades escolares (funcionários, pais e familiares das crianças, crianças, professores, equipes gestoras, etc.)? Cite alguns dos processos e, em sua opinião, de modo geral, quais os níveis de participação das comunidades escolares:
5. Como você descreve o reconhecimento e aplicação das DCNEI, levando em consideração as suas experiências profissionais nos processos e o período desde a publicação de 2009/2013? Na sua concepção, ainda há a falta de conhecimento e/ou dúvidas, e/ou até mesmo, concepções contrárias às DCNEI nas Escolas e pelos professores da Rede atualmente?
6. De um âmbito geral, quais são as suas perspectivas nos processos de implementação das DCNEI na Rede de Ensino de NH? Cite aspectos positivos e negativos:
7. Em sua opinião, existem dificuldades na aplicação das DCNEI na Rede do município? SE sim, em quais aspectos?
8. Pensando ainda, em caso afirmativo de haverem processos, movimentos e uma caminhada da SMED quanto à implementação das DCNEI na REDE, quais os aspectos, os temas e concepções que estruturam as ofertas das formações para os profissionais de Educação Infantil? Cite ainda, alguns referenciais teóricos e documentais que embasam os trabalhos:
9. Entre outras concepções de EI, as DCNEI trata da concepção de currículo “como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento

integral de crianças de 0 a 5 anos de idade”. (Art. 3º). Com base ainda em suas experiências profissionais na Rede, como são concebidos os seguintes conceitos de EI na Rede Municipal de educação de NH?

- Concepção de criança:
- Concepção de Educação Infantil:
- Concepção de Infância:
- Concepção de Aprendizagem:
- Concepção de linguagem na infância:
- Concepção de PPP:

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MEC/UFRGS.**

**Orientadora: Dr. Maria Luiza Rodrigues Flores
Aluna: Elisângela Martins Rodrigues**

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Entrevista a ser realizada pela pessoa que exerceu cargo de gerência na EI no Município de Novo Hamburgo no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2013.

Departamento em que trabalha e função que exerce atualmente na SMED/NH:
Tempo na função atual: _____

1. Como você descreve o acolhimento e os movimentos de divulgação quanto as DCNEI (12/2009) no início do ano letivo de 2010 entre os componentes da equipe de profissionais da SMED, na gestão de pessoal da área da EI, na época recém publicadas?
2. Houve criação e organização de programas para a divulgação, reconhecimento e discussão das DCNEI por parte da SMED para a Rede da EI? Se sim, como foram os processos organizacionais e se considera que os programas de formações para os profissionais da EI podem (puderam) ser caracterizados como multiplicadores na Rede?
3. Caso tenham sido criados programas para implementação, como você descreve o acolhimento por parte das Instituições e quanto à inserção dos profissionais das Escolas da Rede de EI nos processos formativos e de acolhimento das DCNEI?
4. Se houveram programas de implementação das DCNEI, quais os âmbitos alcançados, departamentos, setores, áreas, etc.? Houve programas que envolveram os diferentes membros das comunidades escolares (funcionários, pais e familiares das crianças, crianças, professores, equipes gestoras, etc.)? Cite alguns dos processos e, de modo geral, quais os níveis de participação das comunidades escolares:
5. Como você descreve o reconhecimento e aplicação das DCNEI, levando em consideração as suas experiências nos processos e o período desde a publicação de 2009/2013? Na sua concepção, ainda há a falta de conhecimento e/ou dúvidas, e/ou até mesmo, concepções contrárias às DCNEI nas Escolas e pelos professores da Rede atualmente?
6. De um âmbito geral, quais são as suas perspectivas nos processos de implementação das DCNEI na Rede de Ensino de NH? Cite aspectos positivos e negativos:
7. Em sua opinião, existem dificuldades na aplicação das DCNEI na Rede dos municípios? SE sim, em quais aspectos?
8. Pensando ainda, em caso afirmativo de haverem processos, movimentos e uma caminhada da SMED quanto à implementação das DCNEI na REDE, quais os aspectos, os temas e concepções que estruturaram as ofertas das formações para

os profissionais de Educação Infantil? Cite ainda, alguns referenciais teóricos e documentais que embasaram os trabalhos:

9. Entre outras concepções de EI, as DCNEI trata da concepção de currículo “como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade”. (Art. 3º). Com base ainda em suas experiências profissionais na Rede, como são concebidos os seguintes conceitos de EI na Rede Municipal de educação de NH?

- Concepção de criança:
- Concepção de Educação Infantil:
- Concepção de Infância:
- Concepção de Aprendizagem:
- Concepção de linguagem na infância:
- Concepção de PPP:

10. Qual a sua atual área de atuação na SMED? Existem atualmente na sua área de atuação profissional projetos e/ou programas que envolvem a aplicação das DCNEI? Em caso afirmativo, cite alguns, seus principais objetivos e quais âmbitos eles alcançam na Rede: